

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ-FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



GEMA ALEJANDRA CONTRERAS ORTIZ

A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA: ERA CHÁVEZ
(1999-2013)

Recife

2017

GEMA ALEJANDRA CONTRERAS ORTIZ

**POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA: ERA CHÁVEZ
(1999-2013)**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da
Instrução Cristã – FADIC, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Elton Gomes dos
Reis.**

Recife

2017

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

O77p Ortiz, Gema Alejandra Contreras.
Política externa da Venezuela: era Chávez (1999-2013) / Gema
Alejandra Contreras Ortiz. – Recife, 2017.
60 f. :

Orientador: Prof. Elton Gomes dos Reis.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Venezuela. 3. Hugo Chávez. 4.
Bolivarianismo. I. Reis, Elton Gomes dos. II. Faculdade Damas da
Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

GEMA ALEJANDRA CONTRERAS ORTIZ

**POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA: ERA CHÁVEZ
(1999-2013)**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da
Instrução Cristã – FADIC, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: ___/___/___

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Elton Gomes dos Reis
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Bianor da Silva Teodósio Neto
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Deus por ter me dado saúde e a oportunidade estar apresentando o meu trabalho de conclusão, certamente um divisor de águas para minha vida profissional.

Agradeço à minha mãe, Jaseyda Ortiz, pois sem à sua perseverança e luta não estaria aqui hoje, ao meu padrasto, Ismar Coelho, porque sem ele teria sido muito mais difícil sair e conhecer além das fronteiras do meu país, à minha família no geral que em meio as dificuldades e distância sempre me apoiaram e incentivaram a concluir esta fase.

Ao meu professor e orientador, Elton Gomes, que com sua orientação e ajuda consegui focar melhor a minha área de pesquisa e concluir minha monografia.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças ocorridas na política externa da Venezuela a partir de 1999 com a chegada ao poder de Hugo Chávez após quatro décadas de uma sequência de governos da direita e com ideais inspirados no herói venezuelano, Simón Bolívar, o que geraria algumas mudanças tanto no aparato político interno que permitiria uma participação maior por parte do Executivo na Política Externa venezuelana e assim mesmo sua re colocação no cenário internacional, como também na sua participação no continente sul americano, tanto do ponto de vista econômico como político. Isto se deveria inicialmente ao seu trabalho com a OPEP e ao aumento do valor do barril de petróleo, acrescentando o ingresso de dinheiro ao país e conseguindo assim promover o chamado Socialismo do Século XXI, e adotando também um discurso que visaria se opor aos ideais e interesses americanos, propondo uma integração regional nos países da América do Sul e incentivando assim mesmo a consolidação de uma ordem multipolar.

PALAVRAS-CHAVE: Venezuela, Hugo Chávez, Bolivarianismo, Integração Regional, Ordem Multipolar.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the changes occurred in Venezuela's foreign policy since 1999 with Hugo Chavez's arrival to presidency after four decades of a sequence of governments from right and inspired in the Venezuela hero, Simón Bolívar, generating some changes in the internal political system, which would allow a bigger participation of executive power in Venezuela's Foreign Policy and relocate the country in the internacional scenary and its participation in South America from economic side to political. This changes would be possible thanks to the work OPEP in the increasing of the oil's value and also increasing the incoming in Venezuela allowing to promote the new Socialism of 21st Century, adopting a speech which would go against north America's interest and ideas, proposing a regional integration with the countries from South America and incentivizing, as well, the consolidation of the multipolar system.

KEY WORDS: Venezuela, Hugo Chávez, Bolivarianism, Regional Integration Multipolar system.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média do valor do petróleo (em U\$);

Gráfico 2 - % de Renda do PIB (1999-2006);

Gráfico 3 - Representação em % dos destinos das exportações venezuelana (1998-2004).

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AD – Acción Democrática

ALBA – Alianza Bolivariana para el Pueblo de Nuestra América

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAN – Comunidade Andina das Nações

CASA – Comunidade Sul-americana das Nações

COPEI – Comité de Organización Política Electoral Independiente

DEA – Drug Enforcement Administration

FARC – Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia

FMI – Fundo Monetário Internacional

FANB – Fuerza Armada Nacional Bolivariana

IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDVSA – Petróleo de Venezuela

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Reciproca

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Política Externa da Venezuela: Fundamentação e Aspectos Ideológicos da Era Chávez ...	12
2. Governo Chávez e a Nova Política Externa da Venezuela.....	24
3. Governo Chávez e sua Alternativa para o Centro e Sul do Hemisfério	40
Considerações Finais	54
Referências Bibliográficas.....	57

INTRODUÇÃO

Com a proclamação da independência da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Panamá no século XIX liderada pelo militar Simon Bolívar nasce um ideal de união dos povos americanos, de independência das nações hegemônicas, igualdade social e a formação da Grã Colômbia cujo fim chegaria aproximadamente 10 anos depois.

E é após quase 200 anos desta conquista que trouxe o fim da submissão à colônia espanhola e ao mesmo tempo de um sonho de união interrompido que surgiria um candidato que ganharia espaço e destaque no cenário político após a tentativa de golpe de Estado de 1992 e que em 1998 seria eleito Presidente da então República da Venezuela, o Tenente Coronel Hugo Chávez Frías. Uma vitória que seria também consequência do apoio das massas e o descontente social causado por uma democracia bipartidária instaurada em 1958 com o tratado do “*Pacto de Punto Fijo*”.

O presidente eleito retomaria os ideais bolivarianos e traria consigo uma nova esperança para o povo venezuelano que daria início a uma nova era da política interna venezuelana e que refletiria na agenda internacional do país.

O início da política externa da Venezuela, após a proclamação de independência e reconhecimento como nação, caracterizava-se do ponto de vista comercial basicamente na exportação de café e cacau para a Europa, mas é a partir dos anos 1920 com a descoberta de petróleo que o rumo da sua política externa mudaria, dessa vez focada e dependente da exportação do petróleo, principalmente para os Estados Unidos, gerando assim uma dependência comercial com o país hegemônico.

Esta situação se perpetuaria durante o as próximas décadas e é com a chegada de Hugo Chávez ao poder que este cenário venezuelano mudaria, com a adoção de um discurso anti-imperialista e inclinado ao populismo, um foco maior no estreitamento das relações com os países do Sul, assim como também uma promoção de uma agenda internacional multipolar e uma aproximação com os países que iriam de encontro com os ideais dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria, como Cuba, Rússia e China.

Estas atitudes gerariam uma reação por parte do sistema internacional, mais notavelmente um acirramento das relações da Venezuela com os Estados Unidos, um crescimento no foco em estratégias no hemisfério sul para um aumento de poder e diminuição da hegemonia americana na região, uma reação com o Brasil ante um provável “challenger” na região e no sentido geral um espírito de incerteza com relação aos próximos passos da política externa do país.

1. POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA: FUNDAMENTAÇÃO E ASPECTOS IDEOLÓGICOS DA ERA CHÁVEZ

A política externa da Venezuela ocorre depois da afirmação e reconhecimento do país como nação independente do ponto de vista social e econômico, inicialmente baseada no intercâmbio comercial com o continente velho, a Europa, de café e cacau, mas com o início do século XX e a descoberta do petróleo para 1920 fez da Venezuela um dos principais exportadores de petróleo no mundo. Com a exploração das bacias de petróleo no Lago de Maracaibo, é para a década dos anos 50 com a ditadura de Marcos Pérez Jimenez que há um alto investimento em infraestrutura para a exploração do petróleo por parte de capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos (SILVA, 2011).

Para o ano de 1958, com o fim da ditadura acontece o “*Pacto de Punto Fijo*”¹, onde se instaura uma democracia bipartidária conformada pelos partidos de “*Acción Democrática*” (AD) e “*Comité de Política Electoral Independiente*” (Copei). Já com uma democracia instalada, a diferença dos outros que se encontrariam em períodos de ditadura e instabilidade interna no subcontinente, a Venezuela já pregava a democracia como parte da sua política interna e refletia na externa.

Foi depois da adoção da chamada “*Doutrina Betancourt*”², que baseada na promoção de institucionalidade democrática, não reconhecimento de governos que tivessem como ponto de partida um golpe de Estado e assim mesmo não promovendo uma parceria comercial com os mesmos, e o petróleo como foco da Política Externa Venezuelana desde a década dos anos 50, que a nação encontraria seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos, responsável por mais de 90% das trocas comerciais (MONTEIRO, 2007), em linhas gerais, dependente daquele pacto comercial. Esta época também é caracterizada pelo sistema bipartidário anteriormente mencionado e pela centralização do poder nesta elite política que se estenderia pelas próximas quatro décadas.

¹ O Pacto de Punto Fijo foi fechado no dia 31 de Outubro do ano de 1958, com o acordo dos dois principais partidos políticos Acción Democrática (AD) e Comité de Política Electoral Independiente (COPEI). As bases deste pacto seriam a renda clientalista do petróleo e distribuição dos cargos públicos entre os que conformavam os partidos, gerando uma monopolização do poder no Estado.

² A Doutrina Betancourt, idealizada e nomeada desta forma pelo próprio Presidente Romulo Betancourt, primeiro presidente eleito depois do Pacto de Punto Fijo, e representante do partido de Acción Democrática (AD). Seu pressuposto partia do ponto de que nenhum regime ditatorial seria reconhecido, tendo como princípio a democracia.

A partir dos anos 60, com o incentivo e formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) junto com os países árabes, é que a Venezuela começa a flexibilizar a doutrina, a raiz de um notável desinteresse por parte dos Estados Unidos no subcontinente, para o final dos anos 1960 e o correr dos anos 1970 a flexibilização é intensificada e, inclusive torna-se necessária a busca de parcerias comerciais não apenas com o norte senão também com a região sul americana e outros países subdesenvolvidos, mostrando assim não só uma crescente autonomia com relação aos Estados Unidos como também como um meio para a expansão de uma multilateralização das relações comerciais do país (SILVA, 2011).

Essa multilateralização das relações comerciais da Venezuela será observada de uma melhor forma na Era Chávez, que é caracterizada pela aplicação de uma nova política de governo baseada em ideias socialistas, como no caso do Bolivarianismo, Chavismo e o chamado Socialismo do Século XXI que conformaria a “*Revolución Bolivariana*”, com pretensões de integração regional, não apenas do ponto de vista econômico, mas também de uma comunidade altamente engajada e até a criação de uma aliança militar para a proteção do povo latino-americano segundo a qual, o ideal preconizado pelo grupo político encabeçado por Chávez, gera um polo de poder destinado a contra balançar o poder hegemônico dos Estados Unidos, incentivando assim um sistema multipolar (SILVA, 2011).

Neste capítulo, serão realizadas três abordagens teóricas para a execução de uma análise da Política Externa na Era Chávez, iniciando por uma breve passagem pela trajetória política de Bolívar e dos ideais que o influenciariam chegando assim até o chavismo e/ou socialismo do século XXI, posteriormente o estudo das ideias e planos de integração regional com base nas teorias das Relações Internacionais, assim como Wallerstein na sua análise neomarxista do sistema-mundo através da Teoria dos Ciclos Hegemônicos, e finalmente a Política Externa da Era Chávez como pretensão de criação de bloco de poder, também identificada em diversos teóricos do neorealismo defensivo, mas nesta ocasião focada principalmente na obra de Kenneth Watzl , a Teoria das Políticas Internacionais, 1979.

1.1. REVOLUÇÃO BOLIVARIANA: DO BOLIVARIANISMO AO CHAVISMO

Para entender o Bolivarianismo, é preciso entender os ideais por trás do homem pelo qual o nome surgiu, Simón Bolívar, político e General das tropas que lideraram guerras e revoluções que libertaram não só a Venezuela, como também Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Panamá, tinha como propósito a emancipação da igualdade social, sem intensões de exclusão a nenhum tipo de classe social ou raça, pregando a união dos povos com base em que os países que tinham sido colônias espanholas deveriam se juntar num bloco que colocasse o fim às fronteiras que os separavam, mantendo assim a independência e a soberania dos povos, e evitando a influência daqueles países com ambições imperialistas.

Como exemplos dos seus ideais, existem diversos manuscritos do próprio “Libertador”, onde constam as suas pretensões para com a América Latina, alguns deles são: O Manifesto de Cartagena³ e a Carta de Jamaica⁴; assim como também a iniciativa para a realização do Congresso de Panamá⁵, que levou posteriormente às Conferências Pan-Americanas⁶.

"O novo mundo deve estar constituído por nações livres e independentes, unidas entre si por um corpo de leis em comum que regulem seus relacionamentos externos".
Simón Bolívar, 1829.

Com esse pensamento de Bolívar, verifica-se um exemplo dos seus objetivos e ideais que deviam ser seguidos após a conquista da independência das nações da colônia espanhola, e com isto tem o pensamento que daria início e incentivaria ao movimento bolivariano. É importante ressaltar que Simón Bolívar foi extremamente influenciado em seus tempos de estudo pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau⁷, um dos principais iluministas liberais que

³ O Manifesto de Cartagena é um documento escrito pelo Libertador Simón Bolívar no correr da independência da Venezuela e Colômbia, em Cartagena das Índias, no dia 15 de dezembro de 1812, onde constam os motivos da perda e queda da Primeira República.

⁴ A Carta de Jamaica, escrita em 1815 com o pressuposto de formar uma “confederação hispano-americana” com aqueles Estados que anteriormente pertenceram ao Império Espanhol, baseado na ideia de que as semelhanças dos quais estes países compartilhavam, como a sua religião, instituições e mesmo a língua, permitiram que isto acontecesse.

⁵ O Congresso de Panamá, ocorrido entre Junho e Julho de 1826 teve como início a vontade do Libertador formar a confederação, e foi baseada nas suas pressunções expostas na Carta de Jamaica.

⁶ As Conferências Pan-Americanas, foram uma série de reuniões entre 1889 e 1954 que tiveram como baseamento o Congresso de Panamá, onde seriam discutidas as diversas visões e objetivos de cada país participante.

⁷ Jean-Jacques Rousseau foi um filósofo e teórico político suíço cuja ideologia a respeito de como comportamento do homem perante a sociedade se veria corrompida no seu crescimento, tornando-os egoístas e vaidosos resultaria na sua grande obra o “Contrato Social” onde seria determinado o comportamento dos cidadãos para o bem comum. Também os ideais do filósofo serviriam de inspiração para a eclosão da Revolução Francesa.

inspiraram a Revolução Francesa, foi um grande exemplo para as práticas sociais que queria conquistar no subcontinente. É importante dizer, que esta pretensão de criar federações de Estados sul-americanos para iniciar um projeto de “integração regional” não encontraria solo fértil para se desenvolver no século XIX.

O bolivarianismo não ressurgiria apenas com a liderança e entrada no poder de Hugo Chávez Frías em 1999, e sim desde o falecimento de Simón Bolívar que o mesmo se fez presente no imaginário político venezuelano, estando sempre presente de alguma forma nos discursos dos presidentes que o seguiriam independentemente da prática política, o nome do “Libertador” era usado como referência ideológica a ser seguida, despertando no povo venezuelano um sentimento de patriotismo e nacionalismo. Tanto no período democrático, quanto na época de ditadura, o discurso bolivariano era usado como referência de um regime igualitário e democrático (FERREIRA, 2006).

É possível enxergar este fenômeno não apenas na Venezuela, senão também em outros Estados vizinhos na América do Sul no transcurso do século XX, nos quais ainda hoje se pode identificar no discurso dos políticos da atualidade, a identificação daquilo que se pode chamar de “populismo”. Entende-se como populismo uma forma de governo que não necessariamente parte de algum ideal ou teoria precisa, senão apenas uma prática caracterizada a través do uso do carisma, capacidade de persuasão e aproximação do político às massas, conseguindo assim manter o poder (CANCIAN, 2007).

O movimento Bolivariano é reiniciado na Venezuela na década dos anos 70. As raízes desse processo foi o inconformismo com o processo de industrialização tardia, que gerou as tentativas venezuelanas de promover o programa cepalino de substituição de importações, da desigualdade social e polarização gerada pelo regime bipartidário que provocaria uma centralização de poder num determinado grupo político e pela insatisfação dos militares, em sua maioria provenientes dos setores mais humildes da sociedade venezuelana, cujas famílias vivenciaram o empobrecimento causado pela crise social que eclodiria em meados 1980.

É indispensável ressaltar que sendo um movimento inicialmente militar, é também um movimento nacionalista com ideais de nacional-desenvolvimentismo, como feito no tempo de Marcos Pérez Jimenez, já na época da ditadura (1952-1958), mas aos poucos se expandindo aos civis, tornando-se mais conhecido, assim como também Hugo Chávez.

Ao longo do tempo surgiram diversas manifestações e planejamentos de depor o regime vigente à época a través de um golpe de Estado, um dos maiores exemplos é o de 1992 liderado pelo Tenente Coronel do Exército Venezuelano, Hugo Chávez Frias, ao governo do então Presidente Carlos Andrés Pérez, que não resultou na saída do mandatário do poder, mas que efetivamente pôs fim a um sistema bipartidário que vigia no país desde os anos 1950. Este importante evento político deu notoriedade a Hugo Chávez e o levou a vencer as eleições e tomar posse como presidente em 1999.

Com a instauração do novo governo, o qual se autoproclamou como a “Revolução Bolivariana”, vieram à tona mais uma vez os ideais do “Libertador”, dessa vez com um sentimento de patriotismo e nacionalismo radicalizados e utilizados para a instauração de um socialismo, com novas políticas sociais e econômicas, num discurso principalmente anti-imperialista e antiliberal que pregava pela igualdade social do povo venezuelano, que depois de quatro décadas de um modelo político, poderia ser classificado como uma espécie de ditadura partidária, pela primeira vez sentia-se com a esperança de um futuro mais justo e próspero para o povo e é neste momento que se bem os ideais originais de Simón Bolívar tinha uma fundamentação liberal, é a través do mencionado populismo que toma uma conotação virada para as massas e com bases neomarxistas, levando-nos ao que hoje é identificado como chavismo ou pelo próprio Hugo Chávez chamado de “Socialismo do Século XXI” (LÓPEZ, 2008).

A Revolução Bolivariana, do ponto de vista interno iniciaria com a unificação das Forças Armadas, chamando-as de Forças Armadas Bolivarianas (FAB), o que transmitiria a imagem de que todas estariam lá com o mesmo propósito: garantir a soberania e a segurança do território e o povo venezuelano.

1.2. IDEIAS DA GEOPOLÍTICA BOLIVARIANA

Aquilo que hoje se entender por integração regional era um dos objetivos principais para Simón Bolívar. A união dos povos recém libertados da colônia espanhola seria o seu maior

sonho, “*La Gran Colombia*”⁸, assim como a “Confederação Hispano-americana”⁹, como uma forma de afirmação do repúdio à ação das metrópoles europeias e a qualquer tipo de tentativa de recolonização, assim como o fortalecimento da região.

Como comentando anteriormente, o auto isolamento do país com relação aos outros países da região devido ao seu já estabelecido sistema democrático representativo, e a sua forte parceria comercial com os Estados Unidos, criaria uma sensação de certeza até perceber a necessidade de uma mudança na sua política externa e a procura de uma aproximação com outros mercados importantes.

Esta ideia de integração regional ressurge na Era Chávez como um dos seus principais pilares para a política externa praticada pelo Presidente Hugo Chávez, apesar de em governos anteriores, principalmente nas duas últimas décadas do século XX, a procura de uma abrangência a outros mercados e aproximação comercial com os países vizinhos foi bastante praticada, é com a chegada de Hugo Chávez que as relações diplomáticas e comerciais não somente se estreitam na região, senão também fariam parte de uma nova política externa voltada para a América-latina e os países subdesenvolvidos que começariam com diversas mudanças no quadro institucional.

“...determinando uma nova dinâmica na política da nação, não significou o abandono da crença no petróleo e na democracia como base e força motriz para sua política externa. As transformações empregadas pela administração de Chávez nas várias esferas dos poderes daquela República, exemplos do Legislativo e do Judiciário, também se fizeram presentes na corporação burocrática encarregada de elaborar e conduzir a política externa” (Villa, 2004).

Mantendo assim os principais focos da política externa: petróleo e democracia, acompanhados de diversas transformações no quadro administrativo interno, acreditando-as necessárias para o sucesso deste projeto.

⁸ “*La Gran Colombia*” foi uma república juridicamente instaurada entre 1820 e 1831 conformado pela Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá, cujo nome real era “República da Colômbia”, mas é usado este termo para diferenciá-la da atual República da Colômbia.

⁹ A “Confederação Hispano-Americana” era um desejo de Simón Bolívar, em que todos os países já liberados da colônia espanhola e que compartilhavam da mesma língua deviam se juntar para formar uma confederação.

A integração regional no subcontinente é fundamentada pelas teorias das relações internacionais de diversas formas, mas neste contexto pode ser encaixada na organização do “*Sistema-Mundo*”, conforme a concepção de Immanuel Wallerstein 1996, que apesar de ser um sociólogo cujos estudos foram principalmente inspirados no marxismo, cria um teoria que vai além dos ideais do socialismo utópico e do marxismo doutrinário que concentravam o estudo do conflito internacional como consequência da desigualdade social e da luta de classes no âmbito doméstico, que transcenderia as fronteiras.

Wallerstein, faz uma análise do ponto de vista do sistema-mundo, chamado de “*estruturalismo marxista*” onde há uma constante procura de conquista de economias pobres por parte dos chamados países do “*centro*”, que seriam aqueles desenvolvidos. Para esta análise se faz necessário um estudo de *espaço/tempo*, onde segundo o sociólogo, a dimensão temporal mostraria como o sistema evolui na história que seria regido por *leis de movimento* tendo como objetivo a procura de regiões em que o seu valor possa ser maximizado.

Ele veria que o poder estaria concentrado em determinada região por um tempo, e que o próprio sistema capitalista permitiria a emergência de novas potências e assim sucessivamente. O que ele explicaria como países do centro, semiperiferias e periferias, seria: o centro, identificado como aqueles países com alto desenvolvimento tecnológico e industrializado, assim como com a concentração das atividades econômicas mais intensas do capital; semiperiferias, como aqueles países que possuem um índice de desenvolvimento médio, dependente da mão de obra para a comercialização de produtos de matéria prima e com um certo nível de desenvolvimento industrial. Mas mesmo assim ainda dependentes do capital e tecnologia do centro. Por fim os países da periferia, sendo aqueles cuja economia está limitada a elaboração de bens primários para a exportação aos países do centro e da semiperiferia. Estes são considerados como “*Estados Fracos*” devido à baixa influência exercida no sistema internacional do ponto de vista político e econômico, com pouca institucionalidade, autoritários ou ditatoriais (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

Wallerstein, acreditava que o sistema-mundo funcionava através da sucessão de ciclos hegemônicos e transições de poder. Segundo essa perspectiva, o centro hegemônico capitalista é transferível de Estado para Estado ou de região para região conforme o seu crescimento e a sua expansão econômica. Segundo o autor esse fenômeno de transição de poder poderia ser

enxergado ao longo da história, sendo uma função dinâmica do movimento de capital em nível global. (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

“Quadros sistêmicos, bastante longos no espaço e no tempo para conter as ‘lógicas’ que determinam a maior parte das suas trajetórias, enquanto simultaneamente reconhece-se que esses sistemas têm início e fim, não sendo, portanto, fenômenos eternos”. WALLERSTEIN, 2000. Pag. 136.

Este fenômeno de transição só seria possível a través do Capitalismo, onde a hegemonia de determinado Estado ou região não é eterno, e a mobilidade deste poder faz parte do processo, e que faria parte do contexto histórico, nos permitindo entender que ao longo da história, mesmo no processos de conquistas, expansão e formação de alianças há uma transferência de capital, conhecimento e poder, abrindo o espaço para a formação de novas potencias e consequentemente dando continuidade aos ciclos hegemônicos e transições de poder no chamado sistema mundo.

Havendo entendido esta teoria neomarxista estrutural, fica mais claro dizer o porquê da importância de um interesse de integração regional por parte da Venezuela. Sendo um país historicamente dependente do comércio com os Estados Unidos, e que com a chegada de um novo governo que possui como base o discurso antiliberal e anti-imperialista, torna-se necessária não só a expansão das suas relações comerciais senão também de alianças estratégicas, com a exclusão dos países hegemônicos, no sentido político, econômico e até mesmo militar. Isto não apenas com a intenção construir uma irmandade herdada dos ideais Bolívar, mas também como um meio de desafiar o poder hegemônico dos Estados Unidos. É precisamente nesse contexto que se insere o surgimento de propostas alianças de integração por parte da Venezuela, como a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América).

A política externa estratégica de Hugo Chávez Frías, traria consigo uma nova perspectiva do bolivarianismo, não se limitando às inspirações dos ideais e sim a execução do que seria, segundo a interpretação desse grupo político, o legado de Bolívar, a integração regional dos Estados do sul do continente americano. Com o crescente sentimento de nacionalismo e anti-imperialismo no subcontinente, e o distanciamento da Venezuela dos Estados Unidos, deu início ao surgimento de pequenas alianças entre os países latino-americanos, como a evidente aproximação do país andino com Cuba, quando historicamente a

Venezuela não mantinha nenhum tipo de aliança com o país desde a instauração do comunismo castrista na ilha em 1959, isto também com uma óbvia intenção de provocar a potência norte-americana, como mostra da veracidade do novo discurso bolivariano e retaliação à atitude tomada pelos antigos governos perante o distanciamento com Cuba.

A reaproximação com Cuba seria o início de uma série de ideias para a integração da Venezuela ao subcontinente. Do mesmo jeito aconteceria com diversos países da América Central, vale ressaltar que estas ideias de integração já existiam antes da Era Chávez, como é o caso do *Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL), mas como já mencionado a Venezuela não tinha interesse no mercado sul-americano até a década dos anos 1970 e 1980. Com a chegada do bolivarianismo, o sentimento hispano-americano é incentivado e intensificado, se aderindo a esse ideal países como Equador, Bolívia e Honduras.

É esta a perspectiva da Era Chávez para a integração regional, justificada pela adequada teoria de Immanuel Wallerstein, e pela lógica que o teórico da a estes fenômenos de integração, explicando-os como uma necessidade de expansão econômica por parte do Estado para o seu desenvolvimento e mobilização no ciclo e na sua alocação no que ele chama de “*Divisão Internacional do Trabalho*”, sendo assim, a formação de um bloco de poder que mesmo sendo constituído por países da periferia e semiperiferia a perspectiva é de fortalecimento da região a través da constituição de alianças estratégicas não só do ponto de vista comercial, mas também política e militar, o que permitiria à região uma recolocação neste sistema de divisão de trabalho no *sistema-mundo*.

1.3. ERA CHÁVEZ E A MULTIPOLARIDADE DA SUA POLÍTICA EXTERNA

A multipolaridade é um dos tipos de sistema internacional identificado em diversos teóricos do neorrealismo, mas para abordarmos de fato a multipolaridade como sistema vigente das Relações Internacionais é necessário entender de onde ela surge e por quê.

O neorrealismo surge na década dos anos 1970 em meio à Guerra Fria onde as críticas ao realismo clássico, devido a sua falta de argumentos com relação aos acontecimentos logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e cujo embasamento permitiria a previsão de possíveis conflitos e conseqüentemente poder ser evitados, levariam à decadência do ideal. Em meio a

estes conflitos ideológicos, o surgimento do neorealismo traria consigo as respostas não respondidas pelos antigos teóricos, principalmente o porquê e os motivos de guerra.

A premissa fundamental do neorealismo continuaria sendo a mesma do realismo clássico, onde todos concordam que o sistema internacional é regido pela Anarquia, isto é, a ausência de uma organização reguladora, ou autoridade dotada de poder coercitivo legítimo que estipule regras que determinem qual deveria ou não ser o comportamento dos agentes dentro do sistema internacional. Da mesma maneira, essa teoria sustenta que a conquista do poder é o principal interesse dos Estados. Seu ponto de partida é abordado de uma forma diferente com relação ao estudo do funcionamento do sistema internacional, explicando que não seria a sede de poder particular de um Estado que levaria o mesmo à sua conquista, e sim o próprio sistema internacional influenciaria ou determinaria às atitudes por parte dos agentes, desta forma o foco estaria no próprio sistema, que influenciaria as atitudes dos Estados e não ao contrário (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

Um dos fundadores do neorealismo defensivo ou “realismo estrutural”, por ele próprio nomeado dessa forma, foi o professor e estudioso das relações internacionais, Kenneth Waltz. Este realismo estrutural faz uma análise mais minuciosa e ao contrário do estruturalismo que procura explicar a mudança e a inevitabilidade da mudança, o mesmo procura explicar a continuidade, usando o modo de pensar que se propõe a explicar a inevitabilidade de mudança para explicar a continuidade, e focando na seguinte questão: por que sempre houve guerra? (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

A resposta do teórico para este questionamento seria, como também base do pensamento realista, a anarquia vigente no sistema internacional. Desta forma no leque estrutural do realismo, a base da análise não seria mais a relação do homem, Estado e sistema; e sim apenas uma relação entre agente (Estado) e sistema (estrutura), sendo assim, ele concluiria que a estrutura não se limitaria às somas das partes que a constituem, e sim que seria ela mesma quem constrangeria, limitaria e orientaria as ações dos agentes.

Em meio a esta renovada linha de pensamento realista, Waltz afirma que a estrutura possui três características: o princípio ordenador (hierárquico ou anárquico), as características das unidades (divisão de trabalho) e a distribuição de capacidades entre os seus agentes (bipolar ou multipolar) (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

Neste caso, a estrutura sendo o sistema internacional, possui um princípio ordenador anárquico identificado pela ausência de autoridade soberana com poder legítimo que determine as ações dos estados, porém isto não deve ser confundido com uma falta de exercício de poder. Estados com recursos de poder superiores intimidam e até influenciam outros a mudarem a sua política. As características das unidades são identificadas no papel exercido pelo agente na divisão de trabalho, como já explicado anteriormente, existem países do centro, semiperiféricos e periféricos, cada um desempenhando um papel no sistema internacional de acordo com as suas capacidades de produção, desenvolvimento tecnológico e industrial. A distribuição de capacidades é determinada pelo sistema bipolar ou multipolar, Waltz explica que no sistema internacional, não são os recursos de poder de cada unidade que o determinam, e sim como o total desses recursos é distribuído entre as unidades (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

O economista estado-unidense, Samuel Huntington, considerava também que se bem logo após a Segunda Guerra Mundial, foi um sistema bipolar que permeou o sistema internacional durante a Guerra Fria, é afirmado pelo teórico em sua obra *“The Lonely Superpower”* 1999, que com o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética houve um momento de unipolaridade liderado pelos Estados Unidos, conseguindo impor em alguns momentos a sua agenda a outros países.

Estas afirmações do economista levariam a outras vertentes do neorrealismo que destaca que o contexto atual não seria o do sistema Multipolar, pois se bem este é caracterizado pela divisão dos recursos, para ele só seria possível se esta divisão fosse comparável e existisse uma cooperação e competição entre os agentes para a mudança de padrões; e sim o que ele chamaria de sistema “Uni-Multipolar”. Este seria formado por uma superpotência e várias grandes potências, onde a resolução de assuntos internacionais requer a ação da única superpotência, mas sempre com alguma intervenção das outras potências, neste caso seriam os Estados Unidos a única superpotência com a capacidade e poder econômico, militar, diplomático, ideológico, tecnológico e cultural de promover os seus interesses em praticamente qualquer parte do mundo (HUNTINGTON,1999).

Em cada um dos sistemas os agentes mais poderosos têm o interesse em manter os sistemas, porém num sistema uni-multipolar isto é menos real, pois claramente os Estados Unidos prefeririam um sistema unipolar, enquanto as outras potências preferem o sistema

multipolar. De tal forma que cada um consiga ir atrás dos interesses. Sendo assim Huntington destaca:

“O esforço da superpotência de criar um sistema unipolar estimula um esforço maior nas outras potências para avançar a um multipolar. Virtualmente todas as grandes potências regionais estão cada vez mais se assegurando de promover seus próprios interesses, que em algumas ocasiões difere com os interesses dos Estados Unidos” (HUNTINGTON,1999).

Um dos principais objetivos da política externa da Era Chávez seria manter e promover o sistema multipolar, isto não apenas através da integração regional promovida no continente, senão também através de alianças estratégicas tanto no comércio como em investimentos com países como a Rússia e a China.

A partir destes conceitos, contextualização e entendimento do que era a política externa venezuelana, o que representou para a população e como o fenômeno do chavismo surge como uma nova proposta para sua ação no sistema internacional, é necessário ir à execução da política externa em si, do ponto de vista interno ao externo.

2. GOVERNO CHÁVEZ E A NOVA POLITICA EXTERNA DA VENEZUELA

2.1. ASCENÇÃO DE CHÁVEZ AO PODER NA VENEZUELA

Após três décadas de estabilidade econômica, política e social com a assinatura do “Pacto de Punto Fijo” é com a queda do preço do petróleo na década dos anos 1980 que a Venezuela submerge numa crise econômica, levando ao então Presidente Carlos Andrés Pérez recorrer a organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial para pedido de empréstimo e o qual só seria concedido com a condição de que o país fizesse reformas econômicas nos moldes neoliberais, quebrando assim as promessas de campanha de não seguir uma política econômica neoliberal e consequentemente gerando um descontente na população que eclodiria no “*Caracazo*”¹⁰ em 1989 (MACIEL, 2007), primeiro passo para o enfraquecimento do regime de Punto Fijo.

O professor de História da Economia e Ciência Política da Universidade de Oriente e estudioso da política venezuelana, Steve Ellner (2003), destaca alguns aspectos que junto com a situação do país contribuíram para o fim do regime, como é o caso da natureza elitista do pacto, a priorização da classe média e consequente “esquecimento” da população mais pobre da sociedade, e por último a imutável dependência econômica do petróleo.

Uma das principais consequências da crise do país para o final da década dos 1980 e começo dos 90 seria a polarização da sociedade e posteriormente política, permitindo a iniciação de novos partidos, principalmente de esquerda. A tentativa de golpe do Tenente Coronel Hugo Chávez Frías em 1994, como já mencionado anteriormente, apesar de malsucedida daria notoriedade política ao futuro presidente, que venceria as eleições em 1998 com 56% dos votos e iniciando o novo governo em 02 de fevereiro de 1999.

É com o fim da era neoliberal da Venezuela e a chegada ao poder de Hugo Chávez Frías que uma nova república estaria se iniciando, através de uma reforma política implementada que

¹⁰ O “Caracazo” foi uma explosão social espontânea ocorrida em Caracas em 27 de Fevereiro de 1989 como resultado de um descontente devida às reformas adotadas pelo então Presidente Carlos Andrés Pérez, entre elas o aumento do valor do transporte público como consequência da aumento dos preços dos combustíveis, assim como também alguns programas sociais foram abalados e outros suspensos gerando a insatisfação da população mais pobre da sociedade.

proporcionaria uma maior liberdade para reformular a sua política externa, não encontrando impedimentos internos para sua execução.

Logo após tomar posse do governo o Presidente definiria seus dois principais objetivos para o início da nova era; editar uma nova constituição e promover o “*Proyecto Bolívar 2000*”¹¹.

Para poder dar o primeiro passo do seu plano, o líder populista convocaria uma Assembleia Nacional Constituinte que deveria ser submetida ao voto popular e mesmo havendo protestos por parte da oposição, a Corte Suprema declarou constitucional a convocatória chavista, resultando na aprovação de um 88% dos votos, total de uma pequena fração de 37,6% de eleitores que foram às urnas (VASCONCELLOS, 2009). Logo após esta esmagadora vitória ocorrem em julho as eleições para a Assembleia Nacional, tendo como vencedores o grupo chavista que conquistou 122 das 131 cadeiras do parlamento. Com a finalização da nova constituição, a mesma é colocada a prova em 15 de dezembro de 1999 e com uma participação de 44,4% dos eleitores às urnas, com 71,8% dos votos é aprovado o novo texto constitucional e o começo de uma série de mudanças no país.

Após a promulgação da chamada Constituição Bolivariana, no dia 4 de janeiro de 2000, seria dissolvido o Congresso eleito em 1998. O nome do país passaria a ser República Bolivariana da Venezuela e o poder legislativo seria comandado interinamente por apenas 21 membros, até as novas eleições, entre outras mudanças:

“O mandato presidencial é aumentado para seis anos, com a possibilidade de reeleição; um novo posto de vice-presidente é criado, a ser designado pelo presidente; criação de um Conselho de Governo; plebiscitos consultivos são permitidos para assuntos de “interesses nacionais especiais”; o Congresso Nacional bicameral é abolido e criado uma Assembleia Nacional unicameral. É criado o Conselho Moral Republicano, combinando os papéis de controlador-geral e promotor-geral com um ombudsman. A Suprema Corte de Justiça é substituída pelo Supremo Tribunal de Justiça, onde juízes e magistrados são eleitos por voto popular. Os quatro ramos das Forças Armadas são unidos por uma única Força Armada Nacional, e é dados aos militares o poder de voto (VIZENTINI, 2003).

¹¹ O “*Proyecto Bolívar 2000*” era um plano cívico-militar com a finalidade de orientar e reativar a recuperação e fortalecimento da Venezuela, assim como atender as necessidades sociais do país.

Esta série de alterações constitucionais trariam consigo várias críticas, mas uma em especial se destacava, o aparente excesso de concentração de poder no Executivo, que por sua vez também teria o poder de legislar pela lei habilitante a respeito de qualquer assunto. Em meados do ano 2000, 49 leis habilitantes haveriam sido aprovadas na assembleia nacional. É neste momento que surge uma percepção de radicalização no discurso chavista e ao mesmo tempo no discurso da oposição, gerando um quadro de polarização no campo político, selando o fim da convivência harmônica com as classes dominantes (VASCONCELLOS, 2009).

O novo cenário político da Venezuela resultaria na tentativa do golpe de Estado no dia 11 de abril de 2002 por parte de generais da oposição e executivos de PDVSA (Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima), porém dois dias após o golpe uma mobilização popular e de grupos militares resultaria na volta de Chávez ao poder. Esta tentativa de golpe falida foi impulsionada principalmente pela oposição insatisfeita após a quebra do elitista Pacto de Punto Fijo, pela concentração de poderes no Poder Executivo e também pelo apoio internacional recebido, principalmente dos Estados Unidos. No final do mesmo ano acontece o “*paro petrolero*”¹² iniciada pelos funcionários da petroleira, o que provocou uma crise econômica afetando a produção estatal. Tudo isto resultaria no ano em que o aprofundamento da divisão política levaria à divisão radical ideológica.

2.2. CHÁVEZ, O PROGRAMA ECONÔMICO DE TRANSIÇÃO, O PETRÓLEO E AS REFORMAS SOCIAIS

Como já mencionado anteriormente, a dependência econômica do petróleo por parte da Venezuela seria o principal motivo da crise econômica do país. Portanto, no momento que Hugo Chávez assume o poder é feito um programa econômico; uma proposta a curto prazo e cujos dois propósitos eram: reverter a grave situação socioeconômica e criar bases para um crescimento das variáveis macroeconômicas através do incentivo à pequenas e médias empresas garantindo a proteção dos produtores locais.

Com a afirmação de que o modelo rentista, que vigorou durante quatro décadas, onde o Estado era o intermediador entre a renda petroleira e as necessidades de consumo e investimento

¹² O Paro Petrolero na Venezuela foi um protesto que consistiu na paralização das atividades laborais e econômicas de caráter geral e indefinido contra o governo de Hugo Chávez. O mesmo teve início em Dezembro de 2002 e terminou em Fevereiro de 2003.

do setor não-petroleiro, já tinha chegado ao fim, a V República se propunha superar esse estágio rentista e por fim atingir uma econômica produtiva.

“Enfrentar o tempo de superar o prazo peremptório, a crise econômica e social que afeta nosso país e planejar uma estratégica organizada para impulsionar a reativação econômica em condições de estabilidade sustentada, que supere o movimento cíclico que periodicamente destrói as conquistas em matéria de estabilização e crescimento” (MPD, 2000).

Os três objetivos eram: promover o crescimento econômico sustentado e diversificado, reduzir a inflação e o promover aumento de empregabilidade. De acordo com isto, para o governo um controle de câmbio real permitiria uma redução gradual das taxas de inflação dos bens tangíveis, resultando em menores taxas de inflação na economia. Desta forma o Programa de Transição Econômica manteve o esquema de bandas cambiais, já introduzidas em 1996, com o objetivo de evitar um eventual excesso de oferta monetária que pudesse afetar a estabilidade cambial.

Outras formas propostas pelo governo para atingir os resultados desejados eram: garantir a tendência de redução do déficit fiscal, reduzir a taxa de juros, mudar o perfil dos pagamentos da dívida externa, abrir espaço para o desenvolvimento do investimento privado, fortalecer o processo de diversificação das exportações não petroleiras, aumentar os níveis de emprego através de investimento no setor de construções, políticas de estímulo para as pequenas e medias empresas e estimular o desenvolvimento a iniciativas nos setores privados. Na prática, no setor petroleiro houve uma abertura e uma proteção do preço, se estabeleceram créditos para pequenos proprietários no setor agrícola e fortalecimento de pequenas e medias empresas (BARROS, 2007).

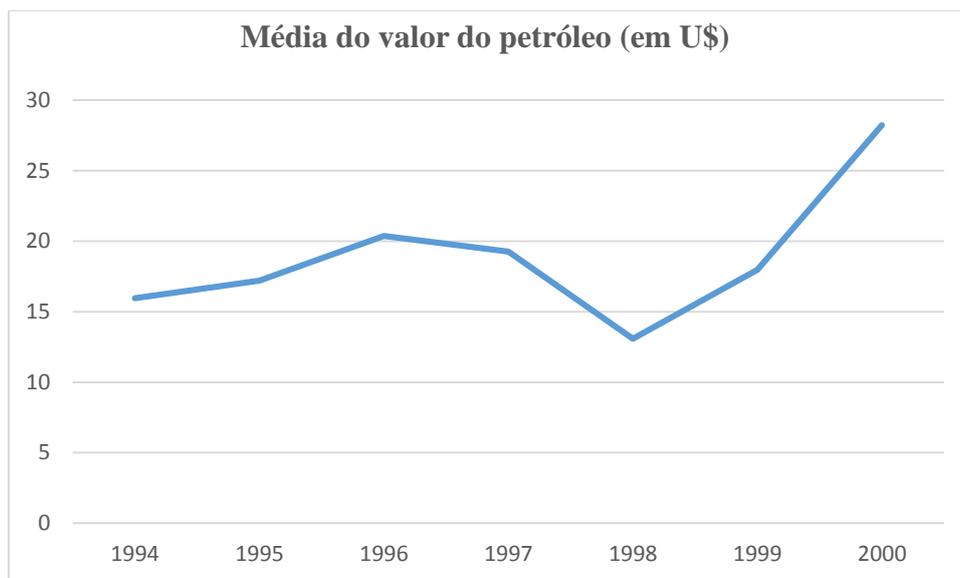
Mesmo sendo articulados e promovidos o Programa de Governo e o Programa Econômico de Transição, em nenhum momento foi apontado qual seria o papel da agricultura no projeto da economia sustentada, sendo importante destacar que desde os anos 70, entre 70% e 80% dos alimentos consumidos no país são importados (BUENAÑO, 2005).

Os dois primeiros anos de governo Chávez e a sua política de transição econômica demonstraram que no início não havia a intenção de uma mudança radical no que se referia à economia interna, parecendo estar mais focados em não criar uma situação de desconfiança

interna ou externa que pudesse afetar a economia e que impedisse as mudanças institucionais e indispensáveis para o controle dos recursos do petróleo, reafirmar o novo polo político de poder e enfraquecer as políticas que regeram o país durante o “*Pacto de Punto Fijo*” (BARROS, 2007).

Além dos propósitos da economia interna do país, o principal objetivo da política externa de Chávez foi a rearticulação com a OPEP, inclusive as primeiras viagens internacionais do presidente foram para a Líbia, Irã e Iraque, assim como sedear em 2000 o segundo encontro de chefes de Estado da história da organização em Caracas. O sucesso desta política foi notório, o barril de petróleo que em 1998 tinha um custo médio de aproximadamente US\$ 10,00, em 2000 passaria a consolidar-se numa média de US\$ 25,00 antes dos atentados do 11 de setembro, quando por motivos alheios ao cartel o preço do barril dispararia (BARROS, 2006).

Gráfico 1



Fonte: INDEXMUNDI (2017) Link: (<http://migre.me/wtRhs>)

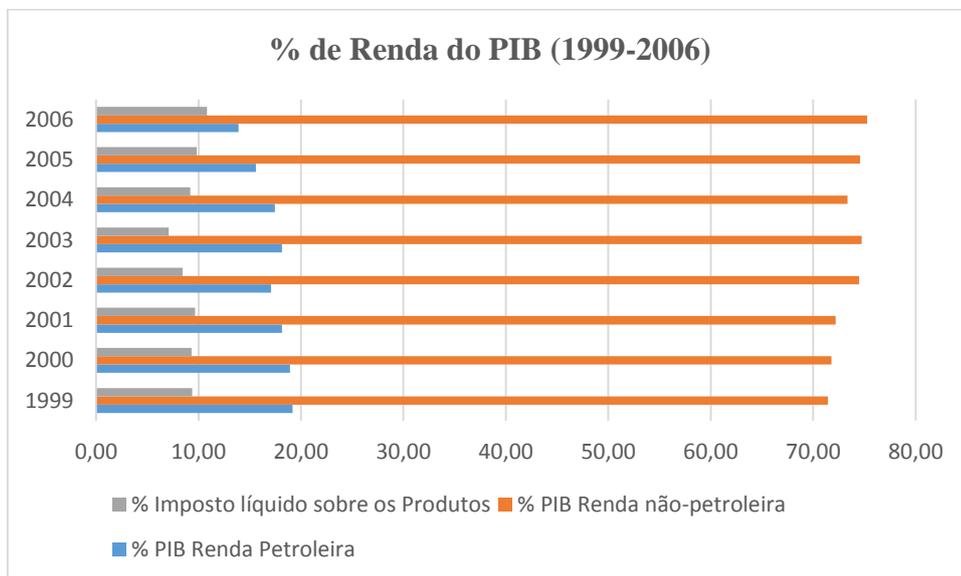
Após a promulgação da nova constituição da Venezuela, e posteriormente a aprovação das 49 leis habilitantes aprovadas, em especial a Lei de Carboneto, ficaria definida a supremacia estatal na PDVSA, maximizando a apropriação da renda petrolífera e gerando divisas suficientes para investir no país.

Parte dos destinos do ingresso incrementado pelo aumento do petróleo foi direcionado para as áreas sociais da população, como por exemplo: na área de saúde, “*Misión Barrio*

Adentro”, era conformado pelo atendimento de consultas diárias, onde os médicos, maiormente de origem cubana, permaneciam de prontidão nas localidades mais carentes; na área de alimentação foi criado o “*Mercal*”, um tipo de feira popular com alimentos e produtos de valores mais acessíveis, também localizados na regiões mais carentes e a distribuição de cestas básicas gratuitamente para a população miserável; na área da educação foi criado um plano a longo prazo dividido em três, “*Misión Robinson*” com o objetivo de alfabetização de mais de 1,5 milhões de pessoas, “*Misión Ribas*” para o reingresso escolar para aquelas pessoas que não concluíram o ensino fundamental e médio, e a “*Misión Sucre*”, dedicada ao ensino superior e resultando na criação das Universidades Bolivarianas, focado às pessoas que não conseguiram acessar ao sistema de educação superior público e privado (VILLA, 2005).

Estes investimentos tiveram resultados satisfatórios tanto na área econômica do país, como na área social; para 1999 o petróleo representava aproximadamente 20% do PIB e para 2008 esta porcentagem cairia para aproximadamente 13%. Na área social, a política teve reflexos no Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), onde a Venezuela alcançaria o 58º lugar em 2009.

Gráfico 2



Fonte: dados no site do Banco Central de Venezuela. Link: <http://www.bcv.org.ve/>

2.3. CHÁVEZ, A RETÓRICA ANTI-IMPERIALISTA, A REAÇÃO AMERICANA E A ALTERNATIVA BOLIVARIANA

Se bem nos primeiros anos do governo a política externa do Presidente Chávez optou por manter algumas das diretrizes básicas, evitando as mudanças radicais, como visto anteriormente, ao mesmo tempo que iria estabilizando domesticamente o país, iria traçando novas estratégias para a inserção internacional.

Para o autor Edmundo González Urrutia (2006), a política externa da Venezuela é dívida em dois momentos; um primeiro momento caracterizado pelo equilíbrio internacional através de uma política orientada a fortalecer a soberania nacional e promover o mundo multipolar, e um segundo momento que iniciou aproximadamente a finais de 2004 onde são traçados os objetivos do governo para a consolidação do processo revolucionário nesta nova fase do chamado “Socialismo do Século XXI”¹³.

O “Plan de Desarrollo Economico y Social 2001-2007” estabelecia regras com o fim de impulsionar a democratização da sociedade internacional, promover a integração latino-americana, fortalecer o posicionamento da Venezuela na economia internacional, consolidar a interação entre os distintos processos de integração, diversificar as relações internacionais, e promover um novo regime de segurança integral hemisférica e uma cooperação de integração militar na região.

Mesmo sem mudanças bruscas na política externa, era perceptível a posição da Venezuela nos diversos foros internacionais na impulsão de uma agenda social como um elemento essencial, isto também refletiria no âmbito sub-regional na XIV Cúpula Presidencial Andina, e no âmbito hemisférico na Reunião de Alto Nível sobre a Pobreza, Equidade e Exclusão Social, a proposta de criação do Fundo Humanitário Internacional para o combate contra a pobreza e ativa participação da Cúpula do Milênio das Nações Unidas (URRUTIA, 2006), na qual Chávez propusera uma reestruturação da Organização das Nações Unidas de tal

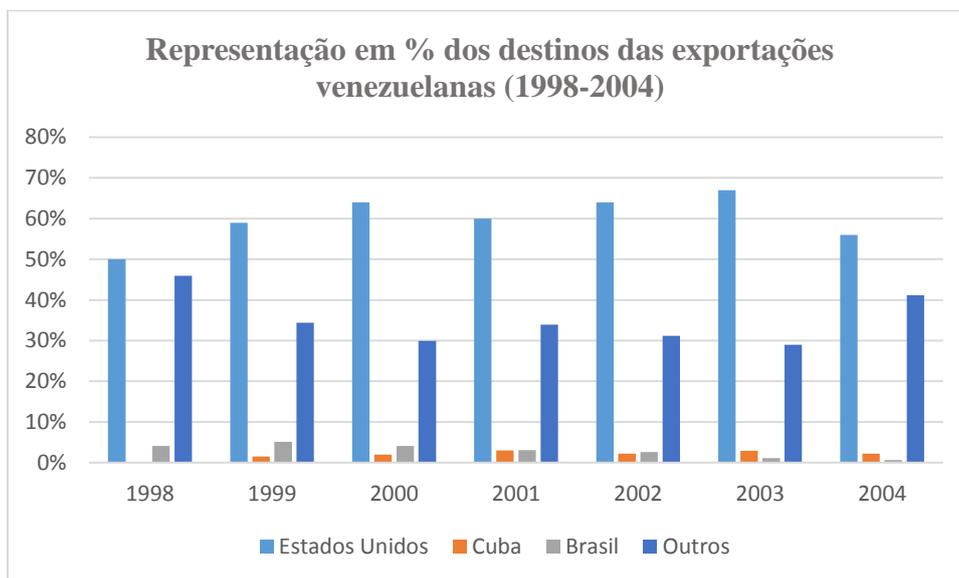
¹³ O Socialismo do Século XXI, seria um slogan inventado por Heinz Dieterich em 1996, mas que seria aplicado num discurso por parte do então Presidente Hugo Chávez no 5to Forum Social Mundial, no qual afirmou que apoiava a criação deste novo socialismo, de acordo com Chávez, o socialismo seria diferente do socialismo do século XX, afirmando que não seria como o praticado pela União Soviética e o Este Europeu, ou como o praticado até os dias de hoje em Cuba. Ao invés disso, seria um socialismo mais pluralista e menos centralizado no Estado (WILPERT, 2006).

forma que todos os países comprometessem a conseguir um mundo mais pacífico, mais próspero e justo:

“Venezuela propõe um câmbio estrutural da Organização das Nações Unidas em solidariedade com o clamor dos ‘condenados da terra’ como diria Franz Fanon... Um novo pacto democrático, um novo consenso mundial para que nós, os povos consigamos sair do abismo e escalemos sem demora esta e todas as Cúpulas do Milênio por vir” (CHÁVEZ, 2000).¹⁴

Neste primeiro momento, em outubro do ano 2000, foram realizados os primeiros acordos de cooperação com Cuba, uma relação que mais tarde seria vista pelo governo chavista como estratégia privilegiada e mesmo que com um histórico de parceria comercial (e em alguns momentos caracterizada como uma dependência comercial) com os Estados Unidos, as relações com a superpotência começam a se revelar antagônicas. Apesar disto o petróleo continuou fluindo normalmente para os Estados Unidos, como verifica-se a continuação:

Gráfico 3



Fonte: The Observatory of Economic Complexity, 2017. Link:

http://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/hs92/export/ven/show/all/1999/

Mas ao mesmo tempo pouco a pouco iriam sendo suspensos alguns programas de cooperação no setor militar e se exigia o retiro da base miliar estado-unidense de “Fuerte

¹⁴ Discurso na participação do então Presidente Hugo Chávez na Cumbre do Milênio das Nações Unidas em 07 de setembro de 2000.

Tiuna”¹⁵. Foram realizados esforços e gestões diplomáticas para conseguir uma visita oficial de Chávez a Washington, mas isto não chegaria a concretizar-se (URRUTIA, 2006).

Os anos 2002 e 2003, caracterizados por uma série de protestos e mobilizações tanto populares como institucionais foram uma pausa nos planos para a construção de relações estratégicas e resultando numa percepção de desconfiança da Venezuela como um país provedor de petróleo. Porém seguindo o caminho da negociação e da democracia, juntamente com o aumento da sua popularidade graças às “*Misiones*”, o poder chavista é reafirmado no referendun revogatório em 2004.

Concluída esta primeira etapa da política externa como um período de transição, é iniciada uma nova etapa, que respaldada pela maioria da população, colocaria a diplomacia a serviço da Revolução Bolivariana, acelerando a ruptura da institucionalidade do Ministério das Relações Exteriores e resultando numa participação mais evidente do executivo na estrutura do serviço exterior, de acordo com Urrutia:

“Nesta nova fase, resultou cada vez mais evidente a impronta presidencial em todas as ações e decisões vinculadas às relações internacionais e o caráter pessoal da execução da sua política exterior” (URRUTIA, 2006).

Os objetivos desta nova política eram a consolidação das alianças geopolíticas e aceleração dos acordos regionais, aprofundando o antagonismo com os Estados Unidos, que apesar de já existir devido às diferenças ideológicas, ocorre uma exarcebação nos ataques a Washington e uma intensificação dos processos de integração alheios aos interesses estadunidenses (VASCONCELLOS, 2009).

A diplomacia chavista, fortemente influenciada por uma reinterpretação dos ideais de Simon Bolívar, é impulsionada por uma agenda terceiro-mundista apostando na cooperação Sul-Sul e na união da América do Sul e o Caribe. Aproveitando a localização estratégica, na divisa dos subcontinentes, a Venezuela protagoniza a intermediação entre uma aliança que, para os planos de Chávez, não deveriam ser apenas no plano político.

¹⁵ Fuerte Tiuna é o nome que recebe uma das instalações militares mais importantes da cidade de Caracas, e inclusive da Venezuela. É o local sede do Ministerio do Poder Popular para a Defesa, o Circulo Militar de Caracas, a Academia Militar, entre outras instituições.

O surgimento de uma figura da esquerda na política venezuelana numa região historicamente influenciada pelo poder norte-americano não foi tão bem visto aos olhos dos Estados Unidos, representando uma ameaça para os planos neoliberais defendidos pela Casa Branca e levantando o questionamento de que se esta nova figura de resistência se espalharia pela região (VASCONCELLOS, 2009).

2.3.1. Venezuela – Estados Unidos:

O acirramento das relações da Venezuela e dos Estados Unidos começa a partir do momento em que as novas atitudes para a política externa do país iriam contra o tradicional, entre estas, em Outubro de 1999 Chávez realizou uma visita oficial à China, na qual elogiaria o país e deixaria claro que no sistema internacional não poderia haver apenas uma nação que procurasse controlar tudo; posteriormente a sua visita a Cuba, onde oficialmente seriam retomadas as relações diplomáticas com a ilha, foram debatidos acordos comerciais, entre este energético e a criação da *joint venture* para a refinaria Cienfuegos.

De acordo com o cientista político Rafael Duarte Villa (2004), inicialmente no plano das relações bilaterais dos países historicamente aliados, houve uma adoção de formalidade e etiqueta dentro do discurso diplomático, isto conseguiria manter uma discrição nos pontos de tensão entre os Estados Unidos e a Venezuela, porém entre as novidades para a relação entre estas duas nações, além das suas diferenças no âmbito da democracia, institucionalidade e poder exercido no cenário internacional, surge o fato da Venezuela negar ao país hegemônico a autorização para sobrevoar sobre o território com os aviões antidrogas do Órgão para o Controle de Drogas (DEA)¹⁶ uma autorização havia sido concedida no governo antecessor de Rafael Caldera.

Duas razões seriam enxergadas para este fato do ponto de vista da Venezuela, a desconfiança de que isto seria uma tentativa americana para intensificar o “*Plan Colombia*”¹⁷ o qual seria visto uma possibilidade de militarização da região, e a preocupação das Forças Armadas Venezuelanas com relação a insistência de Washington pós-Guerra Fria de que a

¹⁶ Tradução livre de: Drug Enforcement Administration.

¹⁷ Acordo bilateral realizados em 1999 entre os Estados Unidos e a Colômbia na administração de Andrés Pastrana e Bill Clinton como medida de combate ao narcotráfico, com o objetivo de gerar uma revitalização social e econômica, acabar com o conflito armado na Colômbia e criar uma estratégia antinarcótica (PASTRANA, 2005).

ajudar militar americana seria imprescindível para o combate contra ao narcotráfico, um fato que aos olhos dos militares venezuelanos isto poderia ser feito de formar autônoma. Em contraproposta, durante o ano 2000 Chávez surge com a ideia de formação um exército latino-americano que substituísse o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹⁸ indo de encontro diretamente com o que para os americanos consideravam o método mais eficiente para garantir a segurança hemisférica.

Fora as questões venezuelanas que contribuíram para um aprofundamento das tensões entre os Estados Unidos e o país andino, estaria também o ponto de vista americano e suas desconfianças para com a nova gestão, que além de retomar as relações com o país castro-comunista, este também mantivesse fortes vínculos ideológicos e logísticos com as FARC¹⁹ (VILLA, 2004).

Outro fato iria de encontro às vontades do poder americano e assim mesmo uma representação de ameaça, desta vez inclusive encontro com às resoluções da ONU, seria a visita de Chávez em agosto de 2000 a Saddam Hussein que apesar de não necessariamente estar relacionada a uma simpatia política ou ideológica e sim apenas à diplomacia do petróleo resultaria uma revolta americana ante esta atitude “ousada”, chegando a denunciá-la diante do Conselho de Segurança da ONU, Chávez seria o primeiro presidente eleito a visitar o Iraque desde o fim da Guerra do Golfo (VILLA, 2004).

No campo multilateral da Organização dos Estados Americanos²⁰, o ponto de tensão que vem aumentando com o transcurso dos anos, inicia com a instauração da Carta Democrática, onde se estabelece as cláusulas que condenam a ruptura normalidade institucional republicana dos países membros desta organização e definindo a democracia representativa como modelo a seguir de institucionalização dos sistemas políticos das partes, cujo princípio não seria o que Chávez viria utilizando desde o início do governo, o mesmo optaria, como dito

¹⁸ O TIAR, também conhecido como Tratado do Rio é um tratado de defesa mutua celebrado em 1947 no pós-Segunda Guerra Mundial na cidade do Rio de Janeiro, cujo princípio seria que um ataque contra algum dos membros seria considerado um ataque a todos com base na chamada “doutrina de defesa hemisférica”. O tratado entrou em vigor no dia 3 de dezembro de 1948 (OAS, 2017).

¹⁹ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia é uma organização guerrilheira terrorista de inspiração comunista, auto-chamada de guerrilha revolucionária marxistas-leninista, lutam pela implantação do socialismo na Colômbia e defendem o direito dos presos colombianos (FRANCISCO, 2017).

²⁰ A OEA é a Organização dos Estados Americanos cujo organismo regional que entraria em vigo em 1951 o qual hoje congrega 35 Estados membros e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do hemisfério.

anteriormente, por uma democracia participativa cujo objetivo era dar cobertura e legitimidade ao processo de transição da política interna.

Essa Carta Democrática com ênfase na democracia representativa, promovida por Washington, poderia colocar um limite nos plebiscitos, que com muita eficácia permitiu que Chávez debilitasse os partidos elitistas do passado e impedisse a formação de uma oposição capaz de enfrenta-lo. A aprovação desta significaria a primeira derrota da diplomacia chavista no cenário internacional, aprofundando o mal-estar entre a Venezuela e os Estados Unidos (ELLNER, 2002).

2.3.2. Venezuela – Estados Unidos Pós-11 de setembro de 2001:

Como já mencionado anteriormente, antes do atentado do 11 de setembro de 2001 existiram visitas oficiais de Chávez ao Iraque de Saddam Hussein e também à Líbia de Muammar al-Gaddafi, gerando uma insatisfação por parte dos americanos, isto ocorreria ainda no mandato de Bill Clinton. Com a chegada em 2001 ao poder de George W. Bush e, principalmente, após o atentado é chegado o momento em que as ambiguidades nas relações dos Estados Unidos e a Venezuela ficam mais evidentes e desta vez adquirindo um tom mais agressivo no discurso, sobretudo por parte da diplomacia venezuelana.

Sabe-se que um dos primeiros objetivos de Chávez no poder seria reativar o papel da OPEP na economia internacional, no estabelecimento de cotas de produção e de preços internacionais, este seria um dos fatos mais exitosos da diplomacia chavista, conseguindo também em 2001 ser elevado à condição de presidente da organização, assim sendo, as visitas aos países petroleiros como o Iraque e a Líbia se tornaram recursos imprescindíveis para o sucesso desta.

Um movimento que poderia ser visto como um tanto arriscado por parte do mandatário num contexto bastante delicado, como o explica na sua teoria realista Morgenthau:

“...igualar as políticas exteriores de um estadista com suas simpatias políticas ou filosóficas e deduzir as primeiras das segundas. Os estadistas, especialmente sob as condições contemporâneas, bem podem recorrer ao costume de apresentar suas políticas exteriores em termos de suas simpatias filosóficas e políticas com a intenção

de conseguir apoio popular delas. Mas distinguem, como Lincon, entre seu dever oficial, e seu desejo pessoal” (MORGENTHAU, 1983).

Desta forma poderiam ter sido interpretadas às atitudes de Chávez e as críticas realizadas no dia 10 de novembro de 2001 durante a 56ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas com relação à reação americana ante ataque terrorista do 11 de setembro com o bombardeio e invasão militar do Afeganistão desde outubro do mesmo ano, afirmando que “não se pode combater o terror com mais terror”, que apesar de pouco agradável para o governo americano e, tal vez, pouco adequado para o cenário internacional, para o descontente americano isto resultaria no pronunciamento da ONU e do Grupo dos 77, onde se alega que “o combate ao terrorismo devia estar limitado no tempo” e “ não ser contrário às normas do direito internacional” (2001).

Isto ocasionou uma reação também em setores republicanos do Congresso estadunidense, na qual a embaixadora americana em Caracas seria chamada para consultas, solicitando uma revisão imediata das relações entre os dois países e que também resultaria na atribuição das atitudes do presidente Chávez ao posicionamento da diplomacia venezuelana em si (VILLA, 2004).

A discricção não fez parte dos pronunciamentos oficiais por parte do governo da Venezuela no que se tratava ao 11 de setembro e o Afeganistão e seria notável que com o transcurso do tempo as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela a níveis diplomáticos iriam piorando de acordo com o aprofundamento ideológico, mesmo ainda existindo uma grande dependência venezuelana das importações e exportações com o país não houve uma ação radical por parte dos Estados Unidos, e isto se deveria ao fato da Venezuela ser seu principal fornecedor de petróleo no hemisfério. Apesar das mudanças no que se tratava ao controle de petróleo, como já mencionando anteriormente, os Estados Unidos ainda não haveria conseguido estabelecer sócios comerciais mais regulares no continente, e isto estaria também ligado à qualidade do petróleo venezuelano se comparado aos seus competidores no bloco.

Com este novo contexto pela frente, a atenção dos Estados Unidos foi voltada para o Oriente Médio, e essa “falta de atenção” por parte do país hegemônico claramente seria aproveitada por Chávez no seu processo de integração e expansão do bolivarianismo ao bloco sul.

Principalmente após a tentativa de golpe de Estado em 2002, já abordado anteriormente, onde se veria mais claramente um divisor de águas para as relações da Venezuela com os Estados Unidos, onde seriam mais visíveis as pretensões da oposição em derrubá-lo e seria necessário neutralizar na medida do possível a ação americana em pró desta oposição. Pela primeira vez na história das relações entre os dois países seria vista uma necessidade de oposição venezuelana em Washington (VALENTE, 2013).

De acordo com Chávez:

“A política externa da Revolução deve estar em mãos da revolução, é o cumulo que existam partidos por aí fazendo política internacional, pelas costas da liderança da Revolução e o Governo Bolivariano, colocando em perigo as alianças, dando pé ao inimigo, a que me ataquem no pessoal e no político” (CHÁVEZ, 2007).

Desta forma, tanto no campo diplomático como acadêmico foi intensificada a revisão das relações com o objetivo de dar ao país a longo prazo uma atuação política que o distanciasse dos antigos alinhamentos com a grande potência e que apesar da superioridade americana ser reconhecida pela Venezuela, ao mesmo tempo seriam denunciados os abusos e a redistribuição de forças no cenário internacional a través de alianças para o fortalecimento do sistema multipolar e assim os Estados Unidos ser mais um polo de poder (VALENTE, 2013).

Foi a partir desta revisão da política externa venezuelana, mais especificamente de uma iniciativa do Executivo, que foram sendo formados os fundamentos das suas relações com a periferia e a construção e redirecionamento dos objetivos estratégicos na região no governo Chávez.

2.3.3. Venezuela-Brasil:

É historicamente conhecido que entre o Brasil e a Venezuela sempre houve uma relação sem conflitos, apesar de neste histórico existir uma ruptura nas relações diplomáticas, mais especificamente no período que abrange a ditadura brasileira devido à Doutrina Betancourt em que um dos seus pilares era o repúdio a regimes antidemocráticos, mas com fim da ditadura na década dos anos 1980 as relações entre os países são retomadas e desta vez com um espírito

mais cooperativo, como foi o caso de 1992 os acordo celebrado entre os presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera, a Iniciativa Amazônica²¹ e Protocolo de *La Guzmania*²², acordos que significariam um aumento qualitativo nas relações do Brasil e a Venezuela (VASCONCELLOS, 2009).

Com a chegada de Hugo Chávez ao poder e em meio a este cenário é reforçado o foco no fortalecimento das relações com o Brasil, uma aliança que também preocuparia os Estados Unidos devido as convergências destes dois países com relação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)²³ para a América Latina (VILLA, 2004), entre outras similaridades de ideias para a política externa de ambas nações como:

“O conceito de globalização assimétrica como correção ao conceito neoliberal de globalização benéfica; o conceito político e estratégico de América do Sul; o reforço do núcleo central robusto da economia nacional como condicionante da interdependência global; a prévia integração da América do Sul como condicionante da integração hemisférica; a percepção de nocividade da Associação de Livre Comércio das Américas-ALCA, caso se estabeleça sem os condicionamentos anteriores e sem a reciprocidade comercial efetiva; a reserva ante o aspecto militar do Plano Colômbia; o repúdio a qualquer presença militar norte-americana e a seus voos na Amazônia; a decisão de não privatizar o setor petrolífero” (CERVO, 2003).

Além das ideias compartilhadas entre o país andino e o país continental, como visto anteriormente, também entraria nesta lista de prioridades pela intenção da Venezuela entrar no Mercosul, e é neste sentido de cooperação que ainda no primeiro ano de governo Lula é assinado um acordo que incluiria o aumento do fluxo comercial, investimentos no setor petroquímico, compra e venda de tecnologias, entre outros assuntos (VILLA, 2004) e em abril de 2003 numa visita de Chávez a Recife, Brasil nasce a primeira parceria relacionada à área de energia entre os dois países com a assinatura da ata para a construção da Refinaria Abreu e Lima, um empreendimento entre Petrobras e PDVSA em que o Brasil receberia o petróleo cru da Faixa do Orinoco, Carabobo (BACOCINA, 2008).

²¹ Acordo assinado entre os presidentes do Brasil e da Venezuela que buscava implementar programas de desenvolvimento sustentável na Amazonia, reafirmando a soberania na região através da cooperação econômica entre os países.

²² Tratado onde seriam abordados temas de justiça social focado na necessidade de combater a pobreza na região.

²³ A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é uma ideia que surge dos Estados Unidos em 1994 durante a presidência de Bill Clinton, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegarias entre os 34 países americanos, exceto Cuba, e assim formar uma área de livre comércio para as américas até 2005.

Esta convergência política entre os dois países no que se referia as visões do mundo acabou por aumentar a busca pela integração regional e surge a possibilidade de um surgimento de um novo eixo político no hemisfério fazendo oposição aos Estados Unidos, porém não seguiu adiante devido a que apesar dos ideais em comum, a abordagem da política externa foi diferente, por um lado o Brasil com o presidente Lula abriria mão do discurso anti-sistêmico e se caracterizou por uma política de estabilidade democrática e de não intervenção, estabelecendo fortes vínculos com vizinhos e atuando como intermediador nas situações de conflito, almejando não apenas uma liderança regional senão também um ator principal no cenário internacional (dentro das aspirações brasileiras de se tornar um global player); e por outro lado a Venezuela, com o objetivo de espalhar o “Socialismo do Séculos XXI” decidiria solidificar suas relações com países com orientações socialistas como Honduras, Nicarágua, Bolívia e Equador, adotou uma política menos cautelosa através de uma diplomacia proativa, utilizando os recursos energéticos para atrair parcerias e procurando ser tornar uma referência internacional na defesa dos países subdesenvolvidos (VASCONCELLOS, 2009).

Além das discrepâncias anteriormente mencionadas também é possível destacar que o ideal bolivariano de integração política, um dos principais suportes da geopolítica do governo Chávez, seria visto pelo pensamento político brasileiro como utópico e a ambição venezuelana de uma integração econômica, com o propósito de criação da Petrolatina, seriam projetos que fugiriam dos propósitos do empresariado brasileiro tanto público como privado (CERVO, 2003).

Desta forma tanto o Brasil como a Venezuela iniciam o século XXI como duas forças na região almejando a liderança regional, através de agendas similares, porém com diferentes meios para a sua atuação, o país continental atuaria através do diálogo com os princípios básicos de desenvolvimento econômico e social e sua política de boa vizinhança; e o país andino fundamentada em escopos militares e geoestratégicos.

3. O GOVERNO CHÁVEZ E SUA ALTERNATIVA PARA O CENTRO E SUL DO HEMISFÉRIO

No capítulo anterior foi abordado o fato da política externa venezuelana na era Chávez estar dividida em dois momentos, um momento de consolidação interna e de estabelecimento da sua soberania e legitimação do governo chavista para o cenário internacional e um segundo momento onde ocorre o aprofundamento ideológico e um claro afastamento do tradicional alinhamento do país com os Estados Unidos, mais especificamente após a tentativa de golpe de Estado em 2002 para depor Hugo Chávez e o imediato apoio do governo americano à oposição. Uma etapa também caracterizada pela procura de parcerias na região, como visto com o Brasil e expansão do ideal bolivariano aos países da América Central e do Sul.

3.1. VENEZUELA E A COMUNIDADE ANDINA (CAN)

Uma das principais atitudes realizadas no governo Chávez para com a sua relação e integração no subcontinente seria a saída da Comunidade Andina das Nações (CAN)²⁴ em 2006, uma decisão que não somente pegaria de surpresa à Comunidade em si, mas também aos próprios movimentos políticos internos devido à estratégia inicial adotada desde antes da sua ascensão onde se propunha uma integração conjunta e multilateral entre esta e o MERCOSUL. Porém, apesar disto com o passar dos anos essa proposta inicial foi se tornando inviável devido aos desdobramentos políticos que a Venezuela iria enfrentar e a sua relação com os demais países.

De acordo com o historiador Anatólio Medeiros Arce (2013) três fatores foram determinantes para esta decisão por parte do governo Chávez: o primeiro marcado pela adoção do discurso crítico ao perfil livre-mercadista do bloco, a retomada das relações com Cuba que incomodavam Colômbia e Peru devido aos seus governos aliados aos Estados Unidos e o qual desde 1959 rejeitava o governo na ilha, além destes desacordos ocorreria a falta de posicionamento por partes dos países membros após a tentativa do golpe de Estados apoiado pelo governo americano na Venezuela, aumentando assim o descontentamento chavista.

²⁴ A Comunidade Andina das Nações é uma comunidade cujo processo inciou com a assinatura do Acordo de Cartagena em 26 de maio de 1969 e que resultaria na junção voluntária por parte dos Estados com o objetivo de alcançar um desenvolvimento integral, mais equilibrado e autônomo e está integrado por Bolívia, Peru, Colômbia e Equador.

Segundo ponto trata-se da crescente influência exercida por parte dos Estados Unidos na Colômbia, e conseqüentemente a presença norte-americana na região. Isto ocorre mais especificamente com o surgimento do Plano Colômbia, mencionando anteriormente, também o fato da Venezuela “defender” as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, gerando um conflito entre ambos os países e até um conflito pessoal no que se tratava ao discurso de Hugo Chávez e o então Presidente colombiano, Álvaro Uribe.

“A tensa relação acirrou as rivalidades entre os dois presidentes, pois as mesmas desencadearam em ataques pessoais, em alguns momentos parecia não haver nenhum Estado Nacional envolvido na questão. De um lado, Uribe afirmava que Chávez era próximo a guerrilha bem como a ajudava na Venezuela e, de outro, Chávez dizia que Uribe era o encarregado dos Estados Unidos para tramar seu assassinato” (ARCE, 201).

E, por último, o terceiro fator determinante para a saída Venezuela da Comunidade Andina seria o fato de alguns dos Estados parte, como Peru e Colômbia, estarem negociando bilateralmente com os Estados Unidos tratados comerciais, nos quais o governo americano oferecia acesso ao seu mercado agrícola e em troca os países andinos apoiariam o governo americano nas suas políticas intervencionistas no âmbito das organizações internacionais, tais como a ONU e a OEA.

Esta atitude seria uma alternativa como resultado do esvaziamento por parte do hemisfério sul à proposta americana da formação da ALCA, os países latinos liderados pelo Brasil, Venezuela e Argentina exigiam o fim dos subsídios agrícolas por parte dos Estados Unidos aos produtores locais. Isto geraria uma insatisfação maior por parte dos venezuelanos que também, no que se tratava a Chávez e aos Estados Unidos os problemas viriam tomando proporções maiores.

Sendo assim é no dia 19 de abril de 2006 que o presidente venezuelano decide dar início ao processo de saída do bloco, uma reação considerada radical por parte dos Estados membros, inclusive pelo fato de que naquele momento a Venezuela exercia a presidência temporária da comunidade, o que geraria alguns conflitos jurídicos. Porém como forma de evitar maiores problemas na sua saída foi assinado um protocolo onde seria estabelecido um acordo entre a Venezuela e os demais países da comunidade como forma de manter as preferências comerciais no prazo de 5 anos, conforme:

“Igualmente, os governos da República Bolivariana da Venezuela, por uma parte, e os da Colômbia e Equador, por outra, se comprometem a manter em aplicação as disposições previstas no Convenio de Complementação Industrial no Setor Automotivo e seus instrumentos derivados, cuja vigência estará sujeita às disposições do próprio convenio”²⁵.

É importante destacar que além dos fatores anteriormente mencionados para determinar a saída da Venezuela, também deve incluir-se a falta de iniciativas sólidas para a efetiva consolidação de um bloco e a presença constante dos Estados Unidos alimentaram as discórdias e contribuíram significativamente no distanciamento que acabaria levando a tal decisão.

3.2. A ALBA

Em meio aos acontecimentos que levaram à Venezuela a solicitar a saída da Comunidade Andina, deve-se adicionar o fato de que já viria sendo proposta uma alternativa para a integração no centro e sul do hemisfério, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), uma organização criada em dezembro de 2004 e que iria de encontro aos projetos americanos para a região.

A ideia inicial desta aliança giraria em torno da relação bilateral entre a Venezuela e Cuba, baseada em acordos comerciais e cooperação educacional, porém no seu texto constitutivo percebem-se as intenções de expansão deste bloco para os povos latino-americanos:

“Assim mesmo, expressamos que a ALBA tem por objetivo a transformação das sociedades latino-americanas, fazendo delas mais justas, cultas, participativas e solidarias, e para isto está concebida como um processo integral que elimine as desigualdades sociais e fomente a qualidade de vida e uma participação efetiva dos povos e na confirmação dos seus próprios destinos” (CHÁVEZ e CASTRO, 2004).

²⁵ *Memorando de entendimiento entre la Republica Bolivariana de Venezuela y los países miembros de la Comunidad Andina – Bolivia, Colombia, Ecuador y Peru.* In. **Decisión No 641**: Aprobación del Memorando de Entendimiento suscrito entre los Países Miembros de la Comunidad Andina y la República Bolivariana de Venezuela. Lima – Perú, 8-9 de agosto de 2006.

Esta aliança também significaria a institucionalização da relação entre a Venezuela e Cuba tornando a ilha uma prioridade estratégica na postura da política externa oficial de Caracas e garantindo que não se distanciariam nem tão cedo, entre os benefícios do governo chavista com esta aliança seria a mão de obra cubana em favor dos programas sociais que desde a ascensão de Chávez ao poder vinham sendo de suma importância para a legitimação da revolução em si e assim mesmo os cubanos se beneficiariam da riqueza energética da Venezuela.

De acordo com Chávez e suas críticas à ALCA, uma integração baseada nos parâmetros neoliberais acabaria na subordinação por parte dos países do hemisfério à hegemonia americana, aumentando a pobreza e dependência da região e desestruturando setores importantes para as economias nacionais. Com a adesão da Bolívia em 2006, os estados membros assinaram o Trato de Comércio dos Povos (TCP), cujo objetivo seria alcançar o intercâmbio de bens e serviços a partir de mecanismo não mercantis, fugindo dos projetos neoliberais e estimulando a produção de vantagens construídas e assim minimizar as assimetrias entre estes (VASCONCELLOS, 2009).

Entre os principais pontos deste tratado se destacam: a sua atenção na luta contra a pobreza, exclusão social e altos índices de analfabetismo na América Latina e o Caribe, importância aos direitos humanos, trabalhistas e da mulher, defesa do meio ambiente, integridade física e à produção agrícola como algum muito maior do que produzir mercadoria, senão também uma preservação da cultura e ocupação de território.

Com o transcurso do tempo a organização foi ganhando mais membros como: Antígua e Bermuda, Dominica, Equador, Honduras, Nicarágua e São Vicente e Granadina, inclusive o Vietnã foi convidado como observador ao bloco, em 2008 seria criado o Banco da ALBA com o objetivo de dinamizar o bloco e a integração e em dezembro do mesmo ano seria colocado em prática o projeto mais ambicioso até o momento; o estabelecimento de uma moeda única o “Sucre” com o objetivo de substituir gradativamente a circulação do dólar na região (VASCONCELLOS, 2009).

Esta liderança exercida pela Venezuela entre os anos 2004 e 2006 foi fundamental para a entrada do país no MERCOSUL devido ao aumento da sua influência na América Central e

Caribe, sendo de grande importância para sua inserção na América do Sul e ao mesmo tempo se transformasse numa parceria importante para os já integrantes da organização.

3.3. MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi formado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai cujo objetivo principal seria propiciar um espaço comum que gerara oportunidades comerciais e de investimentos a través da integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional (MERCOSUL, 2017).

A história da organização é caracterizada por três fases. A primeira fase, entre os anos 1991 e 1994 foi compreendida como um momento de transição e adaptação em que apesar de sua estrutura mostrar debilidade devido à sua instituição em bases frágeis, seria considerada viável. A segunda fase, entre os anos 1995 e 2002, caracterizada pelo conturbado momento político e econômico que os países mercossulinos que em diferentes momentos durante o transcurso desses sete anos atravessariam, entre estes as crises econômicas do Brasil em 1999, na Argentina em 2001 e no Uruguai em 2002, esta fase coincidiria com o governo de Cardoso no Brasil e, de acordo com Cervo (2003), seria marcada pela adoção acrítica e ideológica dos conceitos neoliberais que gerariam efeitos negativos no Brasil e no restante dos países latino-americanos, entre estes; empréstimos com FMI, aumento da desigualdade social, desemprego e desindustrialização, fatores que resultariam na perda do poder de negociação de uma diplomacia atrofiada. A terceira fase, desde 2003, estaria caracterizada pelo surgimento de novas lideranças nos países mercossulinos, como seria o caso de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina e Tabaré Vázquez no Uruguai e pelas mudanças dentro da organização, não se limitando mais apenas para o comércio senão também abrindo espaço para uma integração política entre os membros.

Entre outros fatores importantes dentro das fases para o tornariam o MERCOSUL hoje, encontram-se os problemas políticos do Paraguai que atingiram a organização devido ao Golpe de Estado em 1996 e que automaticamente seria rejeitado pelos estados membros do bloco. Este fato acendeu um alerta dentro da organização em relação à necessidade de criar mecanismos capazes de punir os Estados que promovessem as rupturas institucionais e assim mesmo golpes de Estados. Para isto em 1998 os países assinariam o Protocolo de Ushuaia em que se instituiria

a Cláusula Democrática, ficando estabelecido que a vigência de instituições democráticas fosse indispensável para o processo de integração regional, impondo sanções a aqueles que desrespeitassem este preceito.

Tanto os fatores já mencionados como outros relacionados às crises econômicas e à reação por parte dos mandatários dos Estados membros levariam ao MERCOSUL a enfrentar uma crise de legitimidade frente a tais desafios, sua existência passaria a ser questionada e o possível fim desta seria anunciada diversas vezes, porém o governo brasileiro não deixaria de lado o bloco e um trabalho de recuperação foi iniciado em 2002 ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso e potencializado ainda mais em 2003 com a chegada do esquerdista Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, dando início à terceira fase da organização (ARCE, 2013).

As atitudes tomadas pelo novo presidente do Brasil entre 2003 e 2006 foram consideradas de grande importância para a recuperação do bloco e ao mesmo tempo para os interesses do governo venezuelano. Em 2003 iniciou o processo de mudanças do MERCOSUL em que a estrutura não se manteria apenas no plano de integração econômica, senão também se transformaria num projeto de integração política, uma transformação que seria apoiada pelos quatro países membros e viabilizada principalmente pelo esforço brasileiro em reestruturar o bloco e a possibilidade de uma aliança entre o Brasil e a Argentina nos governos de Lula e Kirchner.

Este processo de integração se deu em um espaço de tempo relativamente curto e se tornando cada vez mais próximo à forma pela qual o governo Chávez entendia ser o caminho de uma integração regional; aprofundando os laços políticos com o fim de formar uma união das repúblicas sul-americanas de acordo aos ideais bolivarianos. O esforço do governo Lula foi significativo, a isto contribuiria a recuperação econômica dos países do bloco devido à alta da venda de commodities ao mercado chinês e o foco nas relações com os países da região.

A recuperação do MERCOSUL era também incentivada por enxergar o bloco como uma forma de difusão do discurso democrático das relações internacionais e da multipolarização do cenário internacional, ao mesmo tempo a Venezuela de Chávez se apoiava numa retórica voltada para o social, bastante difundida entre 2003 e 2004 e que se tornaria bastante conhecida para meados de 2005 e 2006 graças à renda petroleira.

Tanto as transformações estruturais do bloco como o as similaridades no foco da política externa do Brasil e da Argentina durante esses quatro anos foram determinantes para viabilizar a entrada da Venezuela ao MERCOSUL e assim mesmo iniciasse oficialmente seu processo de adesão, mas também é importante destacar que individualmente todos os países da organização cresceram nesse período, inclusive a Venezuela, de acordo com Arce:

“Conforme divulgou a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), todas as economias mercossulinas e a Venezuela cresceram nesse período, principalmente nos dois últimos anos analisados. Em 2005 e 2006 o Brasil cresceu 2,9% e 3,7%; Argentina 9,2% e 8,5%; Paraguai 2,9% e 4,3%; Uruguai 6,6 % e 7%; e a postulante Venezuela ostentou uma taxa de 10,3% nos dois anos mencionados” (ARCE, 2013).

E, apesar dos conflitos internos do Uruguai e Paraguai²⁶ com relação às suas políticas e focos, as mudanças internas ocorridas nos países mercossulinos, especialmente com a eleição de Lula no Brasil em 2003, Nestor Kirchner no mesmo ano e a chegada de Tabaré Vázquez no Uruguai em 2005, daria espaço para acordos entre estes países e a Venezuela e permitindo que este começasse a ser enxergado como um parceiro realmente estratégico na América do Sul, e da mesma forma para a Venezuela, considerando-os potenciais destinos do seu petróleo. Isto incentivaria aos estados membros a apoiar o país andino para sua entrada no MERCOSUL e ao mesmo tempo recuperar a confiança no bloco, já que nas fases anteriores tanto o Paraguai como o Uruguai tinham se visto bastante afetados.

3.3.1. Os objetivos do governo Chávez com a entrada ao MERCOSUL:

Como já revisado anteriormente o petróleo venezuelano seria a chave desde o início da sua política externa e, com as ambições do governo chavista, esta renda petroleira seria redirecionada não apenas para o desenvolvimento das suas políticas sociais internas, mas também para promover o ideal bolivariano e conseguir a integração regional desejada. Para isto,

²⁶ Entre os principais conflitos com relação ao Uruguai destaca-se a crise econômica que o país atravessaria em 2001 ao seu alto nível de envolvimento com a economia da Argentina e se veria afetada depois da declaração de moratória da dívida externa, junta-se a isto o então Presidente Jorge Battle, eleito em 2000 e cuja posição era de crítica ao MERCOSUL e um forte interesse no aprofundamento das relações com os Estados Unidos, contrariando as regras da organização. Por outro lado, o Paraguai atravessaria por uma série de conflitos político internos devido às duas tentativas de golpe de Estado, a primeira em 1996 e a segunda em 1999, provocando que desde então o país apresentasse baixos índices de desenvolvimento econômico e humano que serviriam para aumentar a falta de credibilidade nas suas frágeis instituições democráticas e que o resultado da política econômica de após 1989 fossem parciais e descontínuos (VASCONCELLOS, 2009).

com a “retomada” de PDVSA após o paro petroleiro em 2002 foram assinados acordos bilaterais entre a Venezuela, Paraguai e Uruguai para o fornecimento de petróleo, ao mesmo tempo que com o Brasil e Argentina acordos bilaterais de transferência de tecnologia e produtos industrializados, principalmente do Brasil, que seriam adquiridos com a renda dos petrodólares.

Estes acordos seriam vistos pela Venezuela como alavancas a empreendimentos mais ambiciosos, como seria o caso de uma estatal petroleira no MERCOSUL, a PetroSul, e de um anel energético, porém seriam projetos muito distantes, pois apesar das intenções venezuelanas em fortalecer os laços na região, ainda o volume de exportação do petróleo venezuelano aos países da região era muito menor, se comparado ao volume exportado aos Estados Unidos.

Mesmo assim com o aprofundamento da revolução bolivariana no governo Chávez e as recentes atitudes como a saída da Comunidade Andina, a opção por uma política externa agressiva com relação aos Estados Unidos, a luta contra a ordem unipolar, a cooperação sul-sul e o progressivo aumento da integração venezuelana na região, fez com que o MERCOSUL se tornasse em uma área de interesse geoestratégica e o slogan “*nuestro norte es el sur*”²⁷ fosse adotado (SARAIVA e RUIZ, 2009).

Pelo lado do MERCOSUL, a adesão da Venezuela, tendo para a época a terceira maior economia da região, depois do Brasil e da Argentina, fortaleceria o bloco devido a sua potência energética, detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo e gás natural da América, além destes atributos, incluem-se os fatos da Venezuela também ter em seu domínio parte amazônica e sua proximidade com a América Central, Caribe e Estados Unidos incrementaria um interesse geoestratégico no país já que permitiria uma expansão das suas áreas de influência e projeção.

No que se tratava às expectativas de adesão ao bloco por parte do governo venezuelano, ficaria muito clara a orientação e o seu interesse de adesão ao MERCOSUL; as intenções de reorientar a instituição para um programa de transformação socialista, de integração dos povos e uma luta anti-imperialista, porém apesar da emergência de governos da esquerda na região e que estes compartilhassem em certa medida o horizonte integracionista do governo Chávez, isto não significaria que os demais países do bloco quisessem fazer parte de um projeto

²⁷ Tradução livre: “Nosso norte é o sul”.

socialista e muito menos de uma ação antiamericana. Um exemplo seria o caso do Brasil, em que os interesses de expansão das empresas capitalistas não seriam colocados em questão, pelo contrário seriam incentivados como parte da estratégia integracionista da política externa brasileira (um exemplo destes casos seriam as empreiteiras Odebrecht, Queiróz Galvão, Andrade & Gutierrez, entre outros empreendimentos do setor privado brasileiro) (FLORES e KFURI, 2009).

A adesão venezuelana significaria para o governo Chávez uma métrica para sua ação anti-neoliberal através do bloco, porém apesar dos conflitos pontuais por parte de alguns dos estados membros com os Estados Unidos como já mencionado anteriormente, também existiam convergências entre estes, por tanto o cenário de um MERCOSUL apoiando o discurso chavista contra o país norte-americano não faria parte da realidade, resultando, inclusive, em algumas críticas por parte do Brasil, que expressaria sua preocupação em “uma guerra fria na região”, de acordo com o assessor de assuntos internacionais do então Presidente Lula da Silva, Marco Aurélio García, em sua entrevista à Folha de São Paulo em 2006, afirmou:

“O que interessa ao governo Lula é que essa tensão pudesse diminuir. Não queremos na América Latina um clima de Guerra Fria. Até porque a Guerra Fria já acabou. A política externa do Brasil para a América do Sul e para o resto do mundo não está movida pelo prefixo ‘anti’. Não somos "anti" ninguém. Somos ‘pró’” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

A existência de diferenças entre o Brasil e Venezuela, não implicaria num conflito da entre os países, pois apesar das divergências entre os conceitos de democracia e abordagem da política externa, acreditara-se que estas poderiam ser resolvidas pelos meios diplomáticos. Ademais as novas diretrizes venezuelanas no atingiriam negativamente o Brasil, com exceção do apoio de Chávez ao recém eleito Presidente da Bolívia, Evo Morales na nacionalização do gás extraído na Bolívia e aumentando os impostos da produção de 50% para 82% entre outros tópicos no que se tratava à extração de derivados do petróleo em solo boliviano, grande parte das atitudes venezuelanas beneficiava os brasileiros até então (ARCE, 2012).

Embora não houvesse uma manifestação de conflitos, a nova realidade política ao mesmo tempo que os aproximava acabaria por contrapor dois visões de mundo diferente e com dimensões antagônicas, a Venezuela se alinharia a países que se definiriam como partidários

do “Socialismo do Século XXI”, baseado num discurso radical contra os Estados Unidos, e o Brasil por sua parte preferiu adotar uma inserção internacional multidimensional e reformista, evitando as confrontações através de uma diplomacia de equilíbrio, gerando assim uma disputa pela liderança regional.

A Venezuela na sua constante procura por uma maior participação no subcontinente e contestação da liderança dos seus expoentes tradicionais, como seria o caso do Equador e a Bolívia, países que supostamente estaria sob esfera da influência brasileira e que Chávez por sua vez garantiria a fidelidade. Propôs um novo regime de segurança hemisférica baseado na construção de um marco estável de segurança e cooperação, porém de acordo com Olmedo (2015):

“...o Brasil soube neutralizar esse discurso venezuelano rígido e militarizado, e impôs-se aos projetos personalistas chavistas mais exaltados. A morna receptividade brasileira à proposta do Banco do Sul, a não adesão ao Grande Gasoduto do Sul, as reticências quanto à criação de uma OPEP do Gás e o fracassado projeto da refinaria Abreu e Lima exemplificam o distanciamento de Lula a algumas iniciativas venezuelanas” (OLMEDO, 2015).

A entrada da Venezuela ao MERCOSUL fez parte de um dos principais objetivos da política externa da Era Chávez, e esta seria viabilizada graças à assimetria que os ideais dos novos governo apresentariam com os objetivos chavistas, mais especificamente da aprofundada aproximação com o Brasil, líder do bloco, e ao mesmo tempo também se deveria às mudanças que o bloco atravessaria e que abririam espaço para uma margem de integração política entre os Estados se tornando mais próximo dos ideais venezuelanos. Todos estes fatores se tornariam essenciais para a adesão da Venezuela ao bloco, assim mesmo o despertaria o interesse venezuelano em um exercício de liderança na região, despertando uma “rivalidade” entre esta e o Brasil que transpareceria também na formação da UNASUL em 2008.

3.4. UNASUL

Organismo inicialmente idealizado pelo Brasil no começo dos anos 2000, teve sua origem em 2004 com o nome de Comunidade Sul Americana das Nações (CASA) cujo nome mudaria em 2008 para União das Nações do Sul (UNASUL), o objetivo desta organização seria o de promover uma integração regional que abarcasse os interesses sul-americanos e,

principalmente, com a capacidade de funcionar de maneira autônoma e fora da influência exercida pelos Estados Unidos nos organismo interamericanos, como seria o caso da Organização dos Estados Americanos (OEA), além disto que também fugisse da exclusividade na área comercial que predominou no começo dos anos 1990 (PEDROSO, 2013).

De acordo com a política externa de Chávez, a UNASUL se encaixava nos seus planos de expansão dos ideais bolivarianos, e assim mesmo enxergada como uma oportunidade de unir o MERCOSUL com a Comunidade Andina, isto antes do anuncio da saída desta comunidade em 2006. A iniciativa desta organização foi apoiada por parte da diplomacia venezuelana e viria propor suas ideais para a consolidação desta, que ao seu ver, iria permitir o funcionamento e garantir a segurança e defesa no hemisfério.

Entre estes ideais, os principais girariam em torno de uma integração militar e a formação de um bloco de poder, com o fim de promover a ordem multipolar que colocasse fim à hegemonia “unipolar” exercida pelos Estados Unidos, porém esta ideia não seria tão bem recebida por parte dos países vizinhos e pelo contrário se inclinaria mais aos propósitos brasileiros, que girariam em torno de uma integração física, como representado pela IIRSA²⁸, para isto a política externa brasileira do governo Lula adotou duas medidas que contribuíssem para que a instituição se enquadrasse nos projetos hegemônicos do Brasil para a região: a primeira, os recursos do BNDES²⁹ para o financiamento de obras nos países vizinhos e a segunda a inserção da IIRSA como parte da institucionalidade do MERCOSUL (MEDEIROS, TEXEIRA E GOMES 2017).

É importante destacar que esta visão de integração regional por parte de Hugo Chávez devia-se à sua trajetória militar e as quais foram bem refletidas nas suas propostas para a segurança regional.

²⁸ Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana é um programa que surgiria após uma reunião de presidentes no ano 2000 caracterizado pelo conjunto de governos de 12 países da América do Sul que promove a integração sul-americana através da integração física deste países, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, estimulando assim a integração política, econômica e social da América do Sul. (Fonte: <http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=120>).

²⁹ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um instrumento do governo brasileiro para o financiamento de longo prazo e investindo em todos os segmentos da economia brasileira. (Fonte: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>).

Por sua parte, o Brasil também haveria demonstrado em anos anteriores à UNASUL um interesse na criação de um conselho de defesa, porém estas ideias foram enxergadas pelos demais Estados como uma tentativa de se posicionar com um caráter dominador, despertando um receio nos países membros. Porém é com o conflito colombo-equatoriano³⁰ em 2008 que a proposta de um Conselho de Defesa Sul-Americano seria revisada oficialmente pelo organismo (PEDROSA, 2013), conseguindo ser aprovado e também definidos seus princípios:

“...não se propõe estabelecer uma aliança militar, nem ser um órgão operativo de caráter militar para a resolução de conflitos. Parecer ser uma tentativa de integração do pensamento de defesa sub-regional para discutir as necessidades de defesa em comum. Defenderias como princípios gerais a consolidação da democracia e paz, a não intervenção nos assuntos internos, e o respeito à soberania dos países da região” (SAINT-PIERRE, 2009).

Desta forma, na prática, o Conselho de Defesa Sul-Americano funcionaria mais como um órgão consultivo com pouco poder de proposição sobre os países e o conselho não possuiria capacidade normativa já que as soberanias decisórias de cada estado membro da UNASUL se mantiveram completamente preservadas.

Apesar do claro avanço na integração regional, é importante apontar ao fato de que isto ainda estaria muito longe das ideais Chavistas e da percepção bolivariana de integração, o qual defendia que a integração militar iria transformar a América do Sul em um polo de poder, além de proporcionar o desenvolvimento industrial, científico e produtivo por meio da ação conjunta das marinhas nos principais rios da região (PEDROSA, 2013).

Se bem em 2009 com a Declaração de Santiago seria institucionalizado o Conselho de Defesa Sul-Americano como resultado de um processo negociador entre os Estados, possível constatar que o Brasil, Argentina e Chile foram os principais pelas medidas propostas entre 2009 e 2011, entre estes os planos de ação, tarefas, objetivos e países responsáveis pela execução, assim mesmo as perspectivas chavistas para uma organização que integrasse seu poder militar acabariam sendo neutralizadas pelos principais países da região (MEDEIROS, TEXEIRA E GOMES 2017).

³⁰ Conflito ocorrido em março de 2008 entre a Colômbia e o Equador quando o exército colombiano entraria dezesseis quilômetros no território equatoriano para matar um dos líderes das FARC (VASCONSELLOS, 2009).

É possível perceber que a política externa de Chávez direcionada para América Latina apelou para uma integração regional muito mais política do que econômica, com base nos ideais de Simón Bolívar, a diplomacia bolivariana procuraria com maior intensidade a partir de 2004 promover o chamado “Socialismo do Século XXI”, através da renda petroleira que seria beneficiada com a alta do barril de petróleo no comércio internacional e se apoiando em países na região central do continente americano, como seria o caso de Cuba, Nicarágua, Honduras, entre outros, identificados como países com limitada ação no cenário internacional. Porém se bem houve um grande avanço no processo de integração, isto devido ao surgimento de governos de esquerda na região, como no Brasil e na Argentina, os interesses venezuelanos se veriam “atrapalhados” pelo estilo de uma política externa menos agressiva com relação aos Estados Unidos e optar pela resolução diplomática dos conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada ao governo venezuelano de Hugo Chávez em 1999, como pode-se observar, seria caracterizada pela reação da sociedade ante o enfraquecimento do “*Pacto de Punto Fijo*” que teve uma duração de quatro longas décadas para a população mais carente da sociedade venezuelana. O descontente por parte destes com relação à falta de políticas sociais e o foco evidente na elite da sociedade geraria o enfraquecimento de poder do pacto e o surgimento de novos partidos políticos com ideais centro-esquerdistas e de esquerda.

O surgimento de novas figuras políticas venezuelanas ficaria então mais evidente na tentativa de golpe de Estado em 1992, liderado pelo então Tenente Coronel, Hugo Chávez Frias que apesar do insucesso deste golpe, colocaria definitivamente o futuro Presidente no seu papel de liderança de um novo movimento político de esquerda na Venezuela e, que estaria apoiado pelos militares e também pela população que havia se visto afetada no transcurso dos últimos quarenta anos.

Eleito então Presidente da Venezuela em 1998 e tomando posse em 1999, Hugo Chávez iniciaria um processo de transição da política interna venezuelana que no transcurso dos anos refletiria diretamente na sua política externa. Com base nos ideais de Simón Bolívar e nos sonhos não conquistados na independência, como seria o caso de uma integração dos países sul-americanos, a chamada “Revolução Bolivariana” reformaria o aparato político interno através de referendos e a reformulação da Constituição com o objetivo de legitimar a transformação que viria a ocorrer na Venezuela.

As transformações ocorridas na política interna venezuelana permitiriam um maior controle por parte do Executivo na política externa do país, inclusive a própria institucionalidade do Ministério das Relações Exteriores, que passaria a ser em grande parte controlada pelo próprio Hugo Chávez ficaria à mercê da revolução, sendo utilizada estrategicamente através de indicações do seu pessoal para as missões diplomáticas com o objetivo de promover internacionalmente o ideal bolivariano. Ademais, desde o início da política externa do país tomaria um rumo diferente, pelo menos no discurso, do que viria sendo praticado desde o início da participação venezuelana no cenário internacional.

No início da política externa venezuelana, principalmente após a descoberta do petróleo o principal aliado comercial da Venezuela seria os Estados Unidos, conseqüentemente no que se tratasse ao modelo político americano e à ação americana no sistema internacional, o posicionamento venezuelano era de apoio ou neutro, em alguns dos casos.

Com a chegada de Hugo Chávez ao poder o discurso com relação ao país hegemônico tomaria outro tom, criticando o poder exercido pelos Estados Unidos nos países da região, a hegemonização de poder no sistema internacional e a sua política e economia globalizada e neoliberal, considerada pelo Presidente, a principal causa para o não desenvolvimento de nações menos favorecidas.

O discurso anti-imperialista seria reforçado após a tentativa de golpe de Estado em 2002 e o apoio recebido do governo americano pela oposição, este evento seria um divisor de águas no que se refere às relações entre os dois países, se bem diversos fatos ocorreram em que ficaria visível as tensas relações entre estes, principalmente após o atentado do 11 de Setembro e a reação americana da “Guerra ao Terror” ativamente criticada por Chávez, seria após 2002 com a volta ao poder do governante e o referendun revogatório em 2004, que seria visto como uma reafirmação do poder e apoio popular da revolução, que iniciaria uma nova fase para a política externa venezuelana, e assim mesmo o acirramento das relações bilaterais entre a Venezuela e os Estados Unidos.

Para isto é imprescindível destacar o papel de petróleo na política externa venezuelana na era Chávez, pois é devido a este recurso e ao seu trabalho com os demais países da OPEP e o incremento do valor do barril, que seria possível uma execução mais ativa no cenário internacional da nova política bolivariana. A criação de uma aliança estratégica com Cuba, sendo formalizada com a criação da ALBA e a inclusão dos demais países simpatizantes com a causa bolivariana da América Central colocariam a Venezuela em um papel de liderança na região. Assim como também o distanciamento dos Estados Unidos, e os últimos acontecimentos de 2002 para 2003 com a tentativa de golpe e o paro petroleiro, o foco da política externa venezuelana se voltaria por completo para América Latina e, após sua saída da CAN, começaria sua escalada com a solicitação de inclusão como membro pleno ao MERCOSUL.

A formação da ALBA em 2004 e a inclusão da Venezuela ao MERCOSUL em 2006 só seria possível através do uso do petróleo, acordos bilaterais energéticos estabelecidos entre o

país e os países membros do MERCOSUL, e através da localização estratégica do país andino, que permitiria que fosse enxergado como uma forma de conquistar uma abrangência maior na região. Estas conquistas seriam vistas pelo país como os primeiros passos para projetos mais ambiciosos, como uma integração não apenas econômica, senão política, social e militar com o objetivo de formação de um bloco de poder que contivesse a hegemonia americana e incentivasse a construção de um mundo multipolar.

Estes ambiciosos objetivos seriam melhor enxergados na construção da UNASUL, onde a Venezuela tentaria se colocar líder da organização e trazer uma ordem anti-americana, porém apesar de que em termos regionais Venezuela encontraria um papel mais significativo, e inclusive ter se colocado como a terceira maior economia da região, os seus objetivos de uma formação de um bloco político contra o poder americano não seriam compartilhados pelos demais países membros

Apesar da Venezuela manter um discurso fortemente anti-americano e das suas intenções em conquistar uma atuação forte e independente no sistema internacional, o fluxo de exportação de petróleo manter-se-ia forte ainda para o final da era Chávez, mas indiscutivelmente houve um aumento no leque de parcerias comerciais do país com outras regiões, além do centro e sul da América, como alguns países da Ásia, principalmente a China e a Rússia, assim como também com países africanos na sua procura de cooperação sul-sul.

A política externa venezuelana na era Chávez conquistaria vários objetivos desde o seu início, como a participação ativa na região latino-americana, a institucionalização da retomada das relações diplomáticas e comerciais com Cuba e sua entrada como membro pleno ao MERCOSUL e posteriormente a importante participação na formação da UNASUL, uma organização com aspectos foco nos aspectos políticos e de defesa da região. Com tudo isto, se bem no início a bonança petroleira e incremento do valor do barril de petróleo permitiria uma expansão da revolução bolivariana a demais países da região, é com a crescente divisão política no cenário interno do país e a súbita queda do valor do petróleo que o “Socialismo do Século XXI” encontraria seu ponto fraco.

Se bem existira uma mudança no discurso e aparato político, institucional e nos programas do setor social do “*Pacto de Punto Fijo*”, a principal falha se manteve, a dependência econômica no petróleo.

Com o falecimento de Hugo Chávez em março de 2013 e a eleição do seu sucessor Nicolás Maduro, é aprofundada a crise política e a divisão social na Venezuela, principalmente em 2014 com as manifestações políticas devido à alta inflação, insegurança e desabastecimento. A falta de consolidação de uma economia produtora e independente se encontraria com a crise da queda do petróleo em 2015, fazendo com que sua economia entrasse em colapso e assim suas perspectivas de exercer um papel de liderança na região não encontrassem sustentação. Pelo contrário, com o aprofundamento da crise e as ações tomadas pelo governo de Maduro consideradas como um atentado aos fundamentos democráticos acabaria por provocar a suspensão com membro pleno do MERCOSUL em dezembro de 2016.

Enfim, é válido dizer que apesar dos desdobramentos atuais não favoráveis à Venezuela do surgimento do fenômeno político Chávez, é uma marca na história da política externa venezuelana e na América Latina, que encontraria, pelo menos a nível político, um espaço no cenário internacional. Porém é a continuidade da revolução bolivariana que estaria comprometida, principalmente pela crise em que as decisões do aparato chavista resultaram, a falta de apoio da comunidade internacional e regional, o claro do poder político e a constante diminuição do apoio popular no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACOCINA, Denize A. Brasil e Venezuela: Aproximação e Afastamento nos governos Lula e Chávez 2003 a 2008. **Biblioteca Digital de Monografias**, Brasília, mai./201. undefined. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1139/1/2008_DenizeBacoccina.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. **Produto interno bruto**. Disponível em: <<http://www.bcv.org.ve/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BARROS, Pedro Silva. Governo Chávez e Desenvolvimento. **Biblioteca Digital**, [S.L], mai. 2. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/9307>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BNDES. **Banco nacional de desenvolvimento econômico e social - quem somos**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

CERVO, Amado Luiz. Venezuela e seus vizinhos. **Venezuela: Visões Brasileiras**, [S.L], n. 157, mai./200. undefined. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2017.

COMUNIDAD ANDINA. **Reseña histórica**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/seccion.aspx?id=195&tipo=qu&title=resena-historica>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

CONGRESSO NACIONAL. **Área de livre comércio das americas**. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/alca.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

EMOL. **Chávez clama por los "condenados" de la tierra**. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/internacional/2000/09/07/31915/chavez-clama-por-los-condenados-de-la-tierra.html>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

FERREIRA, Carla. Bolivarianismo e Chavismo: os desafios ideológicos do processo venezuelano. **Historia**, [S.L], p. 91-97, jun./200.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Tensão entre vizinhos**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0705200612.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

G1. Governo Chávez melhorou PIB, mas aumentou dependência do petróleo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/governo-chavez-melhorou-pib-mas-aumentou-dependencia-do-petroleo.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

HUNTINGTON, Samuel P.. The Lonely Superpower. **Foreign Affairs**, [S.L], v. 78, n. 2, 0./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1999-03-01/lonely-superpower>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

IIRSA. **Objetivos generales del cosiplan.** Disponível em: <<http://www.iirsa.org/page/detail?menuitemid=120>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

INDEXMUNDI. **Indexmundi.** Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/pt/pre%e7os-de-mercado/?mercadoria=petr%c3%b3leo-bruto&meses=300>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

KFURI, Regina; FLORES, Fidel Pérez. Socialismo, multipolaridade e integração regional na política externa do governo de Hugo Chávez. **Academia.edu**, [S.L], 200./201. undefined. Disponível em: <[https://www.academia.edu/922533/Socialismo_multipolaridade_e_integração_regional_na_política_externa_do_governo_de_Hugo_Chávez](https://www.academia.edu/922533/Socialismo_multipolaridade_e_integra%C3%A7%C3%A3o_regional_na_pol%C3%ADtica_externa_do_governo_de_Hugo_Ch%C3%A1vez)>. Acesso em: 23 mai. 2017.

MAYA, Margarita López. Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo. **ResearchGate**, [S.L], ago. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237686072_Venezuela_Hugo_Chavez_y_el_Bolivarianismo>. Acesso em: 24 abr. 2015.

MEDEIROS, Marcelo De Almeida; JÚNIOR, Augusto Teixeira; REIS, E Elton Gomes Dos. Cooperação para autonomia? Explicando o paradoxo da política externa brasileira para a Unasul. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L], mar. 2017.

MERCOSUR. **En pocas palabras.** Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3862/11/innova.front/en-pocas-palabras>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: Correntes e debates.** [S.L.: s.n.], 2005.

PEDROSO, Carolina Silva. Segurança na América do Sul: Posições de Brasil e Venezuela no Âmbito da UNASUL. **Academia.edu**, [S.L], 07./mai. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/5445450/Seguran%C3%A7a_na_Am%C3%A9rica_do_Sul_posi%C3%A7%C3%B5es_de_Brasil_e_Venezuela_no_%C3%A2mbito_da_UNASUL>. Acesso em: 30 mai. 2017.

PSUV. **Hace 16 años el presidente Chávez participó en la cumbre del milenio.** Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/hace-16-anos-presidente-chavez-participo-cumbre-milenio/#.wqnc0xyvce>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SAINT-PIERRE, Hector. La Naturaleza Política de la Defensa. **Memorias del Seminario "Modernización de Ministerios de Defensa"**, [S.L], nov./mai. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/3843447/Memorias_del_Seminario_Modernización_de_los_Ministerios_de_Defensa_>. Acesso em: 30 mai. 2017.

SARAIVA, Miriam Gomes; , José Briceño Ruiz. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do MERCOSUL. **Scielo Brasil**, [S.L], 200./201. undefined. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000100008>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SCHENEGOSKI, Ana Maria. A Geopolítica da Política Externa Bolivariana. **USP**, [S.L], 201./201. undefined. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/81080/pdf_4>. Acesso em: 24 mar. 2015.

SISCOMEX. **Tarifa externa comum.** Disponível em: <<http://portal.siscomex.gov.br/informativos/tarifa-externa-comum-tec>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Where does a venezuela export to?** Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/hs92/export/ven/show/all/1999/>. Acesso em: 28 abr. 2017.

UOL. **Populismo: fenômeno político baseia-se no carisma de governantes**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/populismo-fenomeno-politico-baseia-se-no-carisma-de-governantes.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.

URRUTIA, Edmundo Gonzalez. Las Dos Etapas de la Política Exterior de Chávez. **Nueva Sociedad**, [S.L], out./10. 2006. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/las-dos-etapas-de-la-politica-exterior-de-chavez/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

VALENTE, Leonardo. A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA ENTRE PUNTO FIJO E HUGO CHÁVEZ: RUPTURAS E CONTINUIDADES. **Boletim Tempo Presente**, [S.L], dez./201. undefined. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4167/3452>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

VASCONCELOS, Vinícios Vargas. O Governo Chávez e a Política Externa Venezuelano no Continente Americano. **Repositório Digital**, [S.L], 12./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21487/000736676.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 out. 2016.

VENEZUELANALYSIS. **The meaning of 21st century socialism for venezuela**. Disponível em: <<https://venezuelanalysis.com/analysis/1834>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

VILLA, Rafael Duarte. Dos Etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período Hugo Chávez. **Redalyc**, [S.L], 200./201. undefined. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40305503>>. Acesso em: 21 abr. 2017.